

Angela de Castro Gomes

HISTÓRIA *e historiadores*

A política cultural do Estado Novo

2ª edição

SBD-FFLCH-USP



208149



FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
EDITORA



A história do Brasil de *Cultura Política*

"Se o Ocidente prestou especial atenção à história, desenvolvendo (...) a mentalidade histórica e atribuindo um lugar importante à ciência histórica, o fez em função da evolução social e política. Muito cedo, alguns grupos sociais e políticos e os ideólogos dos sistemas políticos tiveram interesse em se pensarem historicamente e em imporem quadros de pensamento histórico."

Jacques Le Goff

A "cultura histórica" de *Cultura Política*

A CITAÇÃO de abertura de um texto clássico de Le Goff — "História" (1990:65) — situa de forma muito precisa a preocupação que orienta todo este trabalho e, mais particularmente ainda, o objetivo deste capítulo. Considerando-se que os homens constroem e reconstruem permanentemente seu passado, e que essa operação mantém íntimas conexões com o processo, também permanente, de formulação de identidades nacionais e de montagem de um aparelho de Estado, torna-se fundamental investigar *o que* especificamente os homens consideraram seu passado e *que lugar* lhe é destinado por uma sociedade em determinado momento.

A revista *Cultura Política*, como se viu, integrava um vasto e diversificado conjunto de iniciativas governamentais destinado a fazer a propaganda do novo regime através da mobilização de recursos culturais. Contudo, pelas características que possuía, ela se distinguia do suplemento Autores e Livros, no que nos interessa de perto, em alguns elementos significativos. A revista, por exemplo, estava aberta a um número bem maior de colaboradores e, mais do que isso, colaboradores cujo *status* no campo

intelectual não era significativo. Como não se tratava de ressaltar a figura de um grande autor/historiador e de comentar sua obra, avocando, inclusive, um conhecimento e uma autoridade legitimados por relações pessoais, um número bem maior de "escritores" podia participar enviando artigos à revista. No caso do suplemento, dava-se evidente preferência a textos que fossem, eles mesmos, de um tempo "passado", o que fechava ainda mais seu espaço para investidas desautorizadas pelo tempo e pelo currículo.

Por outro lado, como o suplemento visava a delinear a galeria do que se considerava os "pais fundadores" de uma forma de expressão cultural no exemplo que estamos examinando, tratava-se de demarcar por quem, quando e através de que obras a "ciência histórica" foi sendo construída no Brasil. Dessa forma, o "passado" designado pelo suplemento possuía nítida vinculação com uma certa idéia de passado proposta pela disciplina história. O suplemento falava dos historiadores: de sua formação, de sua personalidade, de sua biblioteca, de suas obras e sistema de trabalho, de sua audiência etc.

Cultura Política, por sua concepção, comportava objetivos mais amplos e difusos. É por essa razão que se resolveu adotar neste capítulo a categoria "cultura histórica", usada por Le Goff e emprestada por Bernard Guenée, para definir o esforço da revista e o perfil que ela acaba assumindo nesse aspecto específico. Por "cultura histórica" entende-se "a relação que uma sociedade mantém com seu passado", o que extrapola os elementos anteriormente mencionados, para abarcar um complexo de fenômenos muito mais amplo, que envolve não só a disciplina histórica, como também outras formas de conhecimento e expressão cultural que tenham como referência "o passado". Literatura, arte, cultura popular, monumentos e muitas outras manifestações simbólicas que estabeleçam relações com o "tempo" estão presentes na constituição dessa categoria.¹⁴⁴ Assim, se os historiadores podem continuar sendo considerados os principais formuladores e intérpretes da "cultura histórica" de uma sociedade em determinado momento, eles não detêm o monopólio desse processo de construção, atuando interativamente com outros agentes, que não são homens do seu *métier* e que freqüentam outras esferas disciplinares ou ocupam outras funções sociais "fora" do campo intelectual.

Cultura Política reserva, em suas páginas, um "lugar" bem amplo para a história e, sobretudo, a compreende através de uma multiplicida-

¹⁴⁴ Uma pequena mas substancial reflexão sobre a categoria "cultura histórica" está no texto de Le Goff (1990:45-50). O texto de Bernard Guenée referido é *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval* (Paris, Aubiver, 1980). Naturalmente, estaremos fazendo leitura e uso muito livres da categoria, que consideramos adequada para nosso esforço interpretativo.

de de formas. Todas, contudo, têm um ponto de convergência básico: história, na revista, é a história do povo brasileiro, o que inclui os grandes homens — os heróis —, e também os homens comuns, os anônimos, mas exclui a história de outros povos, que só nos diz respeito quando muito diretamente ligada a episódios específicos e significativos de nossa própria história.

Esse fato deve ser assinalado e entendido como uma escolha dos editores do periódico, uma vez que nos debates que corriam paralelo quanto ao ensino da história, especialmente devido à reforma Capanema do ensino secundário, ressaltava-se tanto a necessidade de a história do Brasil constituir-se em disciplina isolada quanto a necessidade de ela não perder vínculos com a história universal. Nesse sentido, a orientação de *Cultura Política* vinha alimentar uma posição crítica da reforma Campos que integrara — e segundo seus opositores "apagara" — a história do Brasil no ensino da história geral.¹⁴⁵

Do ponto de vista da construção de uma ideologia nacionalista e da propaganda do regime, essa orientação oferecia muitas vantagens, havendo, portanto, uma convergência de pontos de vista entre historiadores e ideólogos que é interessante observar.

Mas de que modo *Cultura Política* trabalha com a história do povo brasileiro?

A estratégia escolhida para procurar responder a essa questão foi a de continuar reconstituindo os procedimentos usados pela revista para comprovar os esforços do Estado Novo, destinados a produzir uma verdadeira "ressurreição do passado" de nosso povo. Nesse sentido, o que se procurará fazer, sob a inspiração de Mannheim, é um certo mapeamento das categorias usadas pelo periódico, atentando para como são utilizadas: a significação que recebem no contexto da "cultura histórica" de *Cultura Política*.¹⁴⁶

¹⁴⁵ A reforma Campos de 1931 (Decreto nº 19.890) incorporava a história do Brasil à história da civilização, com a intenção de estabelecer uma estreita articulação entre o estudo do passado brasileiro e do americano. A reforma Capanema de 1942 (Decreto nº 4.244) consagrou a autonomia da história e da geografia do Brasil, justificando sua orientação pelo profundo "sentido patriótico" que devia presidir todo o ensino secundário no país.

¹⁴⁶ Mannheim (1981:80-1). Nesse clássico estudo sobre o pensamento conservador, Mannheim assinala que quer ver "os pensadores de determinado período como representantes de diferentes estilos de pensamento", mostrando as "suas maneiras diversas de ver as coisas". Para tanto, ele se propõe examinar os conceitos usados pelos pensadores, de modo a verificar "se eles não usam termos idênticos com significados diferentes". Daí a "análise da significação" proporcionar um caminho fecundo para a compreensão das variações de pensamento numa comunidade.

As duas categorias-chaves no trabalho de *Cultura Política* são, sem dúvida, "passado" e "tempo". Em torno delas giram outras tantas, dentre as quais se pode ressaltar desde já "tradição", "evolução", "fonte", "documento" etc. Esse universo conceitual pode, no entanto, ser agrupado em dois conjuntos fundamentais, nos quais as categorias ganham significados próprios e articulados entre si, o que produz, como desdobramento, a distinção de cada um dos conjuntos.¹⁴⁷

Essa agregação, que derivou da própria análise do material reunido pela revista e por ela mesma classificado em seções, não possui nenhum a priori, resultando de um esforço interpretativo que procura seguir a lógica da própria fonte em sua intenção de propor/impor um certo quadro de pensamento histórico, no dizer de Le Goff.

Uma primeira significação que *Cultura Política* atribui à noção de "passado" está firmemente assentada na idéia de um começo germinal do presente: como sua origem, não só porque primeira, mas também porque absolutamente singular. Nessa concepção, o passado é construído como um antecedente que dá sentido e vida ao presente e, portanto, é um "passado vivo", completamente desvinculado de qualquer esforço de periodização, de datação.

Essa idéia de passado está assim acoplada a um sentido de "tempo" não-cronológico; um tempo que não se remete a um calendário de fatos, de acontecimentos, de eventos. O tempo a que esse passado se refere envolve "experiências" humanas contidas em relatos e em variadas práticas culturais, materiais e simbólicas, que constituem o acervo de uma comunidade. Sugestivamente, esse é o tempo da memória coletiva do grupo e, por sê-lo, é um tempo imemorial: é o "outro" do tempo "datado".

Mas esse passado não é "fixo", já que não sofre transformações em seu conteúdo. Ao contrário, justamente por ser entendido como um "passado vivo", referido a um tempo da memória, ele "evolui" ganhando novas acepções. A questão está em se compreender que esse processo evolutivo acontece mantendo sempre um núcleo permanente que assegura a identidade, a "fisionomia" do grupo. Ou seja, a idéia de evolução é absolutamente estratégica, porque é ela que garante o princípio de "continuidade", expresso tanto na permanência de um cerne/um sentido des-

¹⁴⁷ Para as reflexões que se seguem foi usada toda uma bibliografia que envolve o debate sobre as categorias de tempo, memória e história, e também de cultura e tradição erudita versus popular. Optou-se por não sobrecarregar o texto com essas referências e citar os livros e artigos, muitos dos quais clássicos, conhecidos e, portanto, reconhecíveis, apenas na bibliografia final.

se passado, quanto na possibilidade de ele se deslocar no tempo até o presente: de ser passado-presente.

A "história" que a recuperação desse passado proporciona remete basicamente ao que se pode delinear como a dimensão sociocultural da vida de uma comunidade, de uma nacionalidade. Trata-se, assim, utilizando a nomenclatura de *Cultura Política*, de uma "história existencial do povo brasileiro", onde estão em foco aspectos do cotidiano, das idéias, das festas, das práticas materiais dos homens comuns. Os atores dessa história são, portanto, atores coletivos e, quando um indivíduo dela emerge, é como referência exemplar para ilustrar um conjunto sempre maior.

Essa história, com freqüência ímpar, busca "lugares geográficos" para localizar sua existência e revitalizar sua memória. Nesse sentido, o passado construído por essa perspectiva assume forte dimensão espacial, o que, no caso examinado, traduz-se por referências regionais.¹⁴⁸

A recuperação dessa história se faz através da revitalização das "fontes" que "guardam" esse passado e que são identificadas nas "tradições populares" do país. Isso significa que se estabelece um vínculo, praticamente uma simetria, entre uma certa noção de fonte e um certo tipo de tradição, que é cultural e popular, em distinção a outras tradições classificadas como de "elite" ou de "massa".

Esse sentido de "tradição" atribuído ao passado e desdobrado na idéia de "história do povo" é extremamente convergente com outra categoria insistentemente utilizada pela revista: o "espírito nacional". Ela também é polifônica, mas um de seus significados mais recorrentes remete à idéia de uma totalidade abrangente e singular que pode estar materializada no ator povo, Estado ou nação, indistintamente. Essa categoria, própria de um historicismo de tipo romântico,¹⁴⁹ adequa-se à postulação da existência de um "sentido" na evolução de um povo, que ao mesmo tempo lhe é absolutamente singular e contínuo, sofrendo

¹⁴⁸ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão de levantamento, de pesquisa e de aconselhamento a respeito dos problemas do território nacional, é criado em 1936, com a tarefa básica de produzir o censo do país. Nesse mesmo contexto, o Brasil é dividido em regiões geográficas, cujas identidades sofrerão cuidadoso processo de fixação, ao que *Cultura Política* não é estranha. Sobre o IBGE, ver *Memória institucional do IBGE: em busca de um referencial teórico* (Costa, 1992), publicado em comemoração ao cinquentenário da instituição, em 1986.

¹⁴⁹ A categoria "espírito nacional" é com freqüência citada e discutida nos textos que tratam do historicismo como escola histórica. Entre eles, por exemplo, Cassirer, 1984, cap. 5; Arendt, 1979; e Bobbio et alii, 1994:581-4.

transformações que advêm muito mais da correção de "desvios" do que de alterações de "curso". Esse "sentido" não tem, contudo, cunho fatalista e/ou imobilista. Ele atua como diretriz e, por se referir ao fundamental de uma nacionalidade — ao que lhe é próprio e especial —, é basicamente positivo, conduzindo ao "aperfeiçoamento", ele mesmo entendido como resultado específico, não redutível a paradigmas de outros tipos de experiências. O "espírito nacional" não é mero produto da constatação de qualquer analista social, e sim construção coletiva, identificada por intérpretes competentes e especializados.

Na revista *Cultura Política*, esta primeira significação de passado e de história pode ser encontrada em algumas seções de grande continuidade, agrupadas sob o título "Evolução social", que integra o conjunto maior "Brasil social, intelectual e artístico". A mais importante delas é "O povo brasileiro através do folclore" (a seguir, "Folclore"), cujo responsável era Basílio de Magalhães e que sugestivamente propunha-se realizar um projeto de "bandeirantismo cultural" através do território desconhecido das tradições populares.

Além dela, pode-se situar "Quadros e costumes regionais", subdividida entre as regiões Norte, Nordeste, Centro e Sul, e destinada a fixar os aspectos particulares com que nossas culturas regionais contribuía para o sentido da nacionalidade. E, finalmente, realizando uma espécie de leitura híbrida da história de nosso povo, a seção "Páginas (a seguir, "Quadros") do passado brasileiro", privilegiando relatos que fixassem "imagens" e "vivências" desse passado.

O volume de material envolvido nesse conjunto é de 110 artigos, sendo 50 relativos à seção "Folclore", 39 relativos à seção "Quadros e costumes regionais" e 23 relativos a "Páginas do passado brasileiro".

A segunda significação que *Cultura Política* atribui à noção de "passado" funda-se diretamente na tradição historiográfica e busca afirmar uma concepção cronológica de tempo. O passado, nesse sentido, não coexiste com o presente e não fornece uma essência para o futuro: ele não é um passado "vivo". Contudo, esse passado não está desligado do presente e do futuro. De um lado, porque há clareza de que "ele é fruto do trabalho da história", a ciência que reconstrói aquilo que se passou, sob a ótica do historiador que vive no presente. Logo, o passado historiográfico é uma construção interpretativa do presente, que reconstitui o tempo cronológico, periodizando, isto é, demarcando o lugar de eventos e de atores. Essa perspectiva, que vinha sendo afirmada por vários historiadores ao longo dos anos 20 e 30, como se pôde ver em *Autores e Livros*, ganha maior reforço nas páginas de *Cultura Política*. O tempo, nessa acepção, comporta, sem dúvida, a idéia de sucessão, o que

implica uma dimensão de continuidade, mas não exclui rupturas e interrupções que exigem reflexão.

Por outro lado, essa idéia de passado mantém vínculos com o presente e o futuro por força de uma questão metodológica. Interessado em compreender o processo de evolução de uma sociedade, o pesquisador utiliza uma abordagem — um método de interpretar — que o aproxima do objeto de sua análise "por trás", isto é, "via passado". Ou seja, o passado é um "antecedente" esclarecedor do presente e do futuro, embora não os contenha em germe ou essência. Não há sentido imemorial nesse passado; mas há sentido "fundador", se por esta categoria entendermos a força que as experiências primitivas e acumuladas através do tempo datado e rememorado podem possuir para a construção de uma cultura histórica.

O futuro, portanto, não pode desconhecer a existência desse passado, que também remete a vivências coletivas, e que possui calendário e rituais de encenação, distinguindo-se, contudo, de um passado mítico, por se referir a acontecimentos datados e a atores, em boa parte "individualizados".

A ressurreição de tal passado também era tarefa prioritária para o novo regime, e ela se fazia pela recuperação de "fontes" caracterizadas como "históricas" e identificadas como "documentos", fundamentalmente escritos, mas que também podiam ser visuais ou de outra natureza. Os especialistas por excelência nesse segundo tipo de "bandeira" eram os historiadores e, no caso, eles se deslocariam no tempo — demarcando-o em períodos dotados de intelegibilidade —, e não no espaço geográfico, que passava a funcionar muito mais como um "lugar de memorização" do que como um "lugar de explicação".

O passado historiográfico reconstituído associava-se a um tempo cronológico datado *com e por* acontecimentos hierarquizados e dotados de sentido pelo historiador. Por sua dinâmica, essa história privilegiava fatos e indivíduos, assumindo uma dimensão mais política, econômica e intelectual, além de um caráter francamente monumental.¹⁵⁰

Três seções de *Cultura Política* exprimem de forma mais nítida essa concepção de passado e de história. Em primeiro lugar, a própria seção intitulada "História", que é composta por 48 artigos — todos referentes

¹⁵⁰ O caráter monumental da história do Brasil de *Cultura Política* é certamente alimentado pela conjuntura da Segunda Guerra Mundial, com destaque para a história militar e seus heróis. Contudo, essa história associada à monumentalização certamente não se esgotava nessa situação circunstancial, e sua duração no tempo é bom indicador das sólidas bases que a proposta estado-novista construiu. Agradeço a Gilberto Velho esta observação.

à história do Brasil — e conta com amplo número de colaboradores. As duas outras, intituladas "Textos e documentos históricos" — reunindo 54 matérias — e "Intérpretes da vida social brasileira" — integrada pela biografia de 17 vultos nacionais —, completam o perfil que o periódico traçava.

Entretanto, é preciso assinalar que essas significações de história, passado, tempo, fontes etc. coexistem no projeto da revista e no projeto do regime estado-novista. O investimento que pode ser observado nas duas direções de "ressurreição" do passado é bem indicativo do quanto elas eram vistas como complementares. A metáfora de um movimento bandeirante sobre o território cultural, para integrá-lo e dotá-lo de identidade, é mais do que ilustrativa. Se a história do Brasil fora até então marcada por uma narrativa que enfatizava a ocupação do espaço físico, chegara a hora de afirmar que o "meio", por si só, não marcava a fisionomia profunda das tradições de um povo. Tais tradições — definidas como a história realizada por nossos "maiores" e também pelos "homens comuns" — comportavam outras variáveis essenciais, entre as quais vale a pena atentar para as categorias de tempo/cronologia e de raça/cultura.

A "alma" do povo brasileiro

Quando, em março de 1941, o professor catedrático de história do Instituto de Educação do Distrito Federal, Basílio de Magalhães, introduz o primeiro artigo da seção "O povo brasileiro através do folclore", a revista *Cultura Política* assim justifica o espaço por ela criado:

*"Espelho vivo do Brasil, das suas realidades, dos seus problemas, das suas tendências sociais e políticas, da sua vida popular — como procurará ser esta Revista — não poderia faltar nela uma seção de folclore, reflexo profundo da alma e da cultura nacionais, nas suas mais genuínas fontes populares."*¹⁵¹

A apresentação de Basílio de Magalhães, historiador, autor de mais de 60 obras e membro de inúmeros institutos históricos e geográficos do país, ganhava plena legitimidade, por ser ele, reconhecidamen-

¹⁵¹ O povo brasileiro através do folclore. *Cultura Política* (1):238, mar. 1941.

te, um dos batalhadores deste gênero de estudos que, pela primeira vez, era amparado por uma iniciativa governamental. O próprio Basílio de Magalhães, ao traçar sua trajetória político-intelectual, remontara aos tempos em que fora diretor da Biblioteca Nacional (1917-19) e deputado federal por Minas Gerais, ocasiões em que procurara sensibilizar em vão os "brasileiros" cultos para a incontestável importância do folclore.¹⁵²

Finalmente, com o novo regime e com a iniciativa de *Cultura Política*, abria-se uma nova vida para uma área do conhecimento que se definia como a "ciência da cultura popular/tradicional". O objetivo básico desse primeiro artigo consistia justamente em explicar aos leitores "o que" era folclore e quais eram seus campos de interesse e trabalho. Para o responsável pela seção, o ponto de partida para um claro entendimento residia na distinção entre dois tipos de cultura — a racionalmente organizada e a meramente tradicional —, expressos em duas formas de linguagem — a erudita e a popular —, cada qual objeto de uma espécie de ciência — "a teoricamente sistematizada e a puramente empírica". O folclore era, portanto, essa "ciência empírica" destinada ao estudo da cultura tradicional expressa na linguagem popular. Contudo, o entendimento da "cultura popular" só era possível quando referido a uma "substância" pertencente ao passado (Ortiz, 1992).

Outra categoria utilizada pelo autor e pela revista (editores e colaboradores diversos) para designar tal tipo de estudos é "demopsicologia", um termo do italiano Pitrè, corrente no final do século XIX, e que seria abandonado por força da designação folclore. Este segundo neologismo inglês se impõe pela atuação da Folklore Society, criada em 1878 e destinada a estabelecer uma "nova ciência", marcada pelos parâmetros positivistas e voltada para a cultura popular. Os folcloristas, "novos cientistas do popular", advogavam uma metodologia de trabalho fundada em procedimentos de observação sistemática e classificação, mas voltavam-se para um objeto situado freqüentemente "fora" do universo acadêmico e da cultura erudita.

A "demopsicologia" ou folclore, portanto, nasceu no "ambiente científicista" que dominou a virada do século XIX e que imperou no Brasil no "bando de idéias novas" que aqui chegaram, no dizer de José Veríssimo. Momento extremamente rico para o pensamento social brasi-

¹⁵² Basílio de Magalhães era autor de conhecidos compêndios de história e geografia em São Paulo e, durante os anos 10, integrara o grupo de intelectuais que rejeitara os determinismos do meio e da raça, apontando a educação e a modernização agrícola como soluções para o progresso do país. Ver Skidmore (1976:184-6).

leiro e que deu partida ao interesse pela cultura popular, mas que, segundo Basílio de Magalhães, não conseguiu ter a continuidade necessária durante toda a Primeira República. Segundo ele, que em 1928 e em 1937 teria reunido e ampliado um vasto material bibliográfico sobre o assunto, não havia no país maior sensibilidade para os estudos folclóricos, apesar da contribuição numerosa e valiosa de vários "mitógrafos populares".

É esclarecedor verificar quem é identificado como "mitógrafo" e qual a imagem construída para sua atuação. Eles são chamados pelo autor/revista de "ressurreicionistas do bandeirismo", na medida em que alargam as fronteiras culturais do país, nelas incorporando "a vivaz inteligência" de nosso povo. Aliás, essa provavelmente era a razão profunda da falta de atenção, do desprezo mesmo, dedicado ao folclore pelas elites políticas do país. Como se tratava de uma área de estudos voltada/identificada com as tradições populares, e como o povo brasileiro até então encontrava-se completamente desconhecido e abandonado, não era casual dar igual tratamento à mitografia popular.

Portanto, a valorização do folclore era equiparada e justificada como a própria valorização do povo, "magnífico tesouro de energia e afetividade" que precisava ser retirado do analfabetismo e da "hibernação em que vegetou" sempre. A seção, por conseguinte, tinha um título pedagógico: ela desejava dar aos leitores uma visão fiel e elevada do povo brasileiro, o que poderia e deveria ser feito através do folclore, desde que amparado pelo poder público, como o Estado Novo vinha demonstrar.

Não faltaram "mitógrafos" em nossa galeria de intelectuais. Ou seja, a responsabilidade pelo desconhecimento do povo cabia às autoridades governamentais, o que, como já foi visto, era precisamente o argumento de *Cultura Política* para atrair a colaboração do meio científico e artístico. Os nomes citados incorporam historiadores como Afonso Taunay, Alcântara Machado, Pedro Calmon e Alfredo Elis Jr., entre outros, e há destaque para as figuras de Artur Ramos, João Dornas Filho e Gilberto Freire. Estes últimos conseguiram reunir-se no Centro de Cultura Afro-Brasileira, editando os preciosos *Estudos afro-brasileiros*, a mais fecunda realização da mitografia brasileira. Isso porque a própria Academia Brasileira de Letras, embora contando com expoentes nessa área — Afrânio Peixoto, Gustavo Barroso e Osvaldo Orico —, não havia dedicado a ela a atenção merecida. Muitos outros autores são mencionados, mas cabe observar que entre eles não estão nem Sílvia Romero, nem Nina Rodrigues. As razões para tais ausências são difíceis de imaginar, uma vez que fica muito claro o laço que une

os estudos folclóricos e o debate de um dos temas mais caros ao Estado Novo e, por conseguinte, a *Cultura Política*: a questão racial, que vinha se desdobrando em múltiplas abordagens e formulações desde fins do século XIX.

Ao seu lado, de forma complementar e indissociável, emergia outra questão-chave — a regional —, já que o folclore objetivava registrar os padrões de pensar e sentir de nosso povo, integrado por três raças e distribuído nas regiões "geoculturais" do Brasil.

O projeto de Basílio de Magalhães para a revista tinha como que dois pontos básicos de operacionalização. De um lado, ele fixou dois "tipos populares" nas figuras/categorias de sertanejos e praianos. A dicotomia clássica entre sertão e litoral que vem de Euclides da Cunha, outra figura paradigmática na revista, como se verá, é retomada, para ser acooplada a uma classificação emprestada dos argentinos Rafael Jijena Sánchez e Bruno Jacovella. "Para eles, a mitografia popular apresenta duas feições fundamentais: a em que prepondera a criação mental e a em que predominam os fatores étnicos (...)." ¹⁵³

Tal definição de objeto e perspectiva de análise esclarece o que se procurava "encontrar" e "resgatar" como povo brasileiro. Perfeitamente ajustado à orientação dos estudos folclóricos em nível internacional, o projeto de Basílio de Magalhães estabelece que o povo brasileiro é basicamente o homem que está "fora" das cidades, de suas "ruas", quer seja ele o operário — modelo do discurso trabalhista —, quer seja ele o malandro, sua antítese perfeita. Em ambos os casos, o pesquisador estaria entrando em contato com uma realidade "moderna", inversa à "tradicional" e "perigosa"/tumultuada, inversa à idéia de "pureza" presente nas raízes originais da nacionalidade.

O sertanejo, homem do interior do país, distanciado física e culturalmente das influências maculadoras das cidades, era já uma figura clássica de "guardião da memória" das tradições nacionais desde incios do século, com Euclides da Cunha e também com Monteiro Lobato. Ele figurava como uma espécie de substitutivo funcional do camponês europeu em nossa literatura de ensaios político-sociais e de romances históri-

¹⁵³ Magalhães, Basílio de. O povo brasileiro através do folclore. *Cultura Política* (1):240, mar. 1941. A classificação é a seguinte: 1. *Folclore espiritual*: a) *estético*: literatura popular, música e mímica populares, artes figuradas populares, jogos familiares, linguagem popular; b) *teórico-técnico*: ciência popular, técnica popular, história popular; c) *filosófico*: filosofia popular, moral popular; d) *místico-religioso*: crenças e superstições, teologia popular, devoções populares; e 2. *Folclore etnográfico*: a) *ético*: usos e costumes populares, cerimônias tradicionais; b) *econômico*: ofício, profissões, comércio, transportes.

cos ou não.¹⁵⁴ O praiano — que empiricamente podia até ser localizado em “cidades”, embora na maioria das vezes estivesse em aglomerações de pequeno porte — não era um tipo urbano *stricto sensu*. Certamente não era um membro da classe trabalhadora e menos ainda um vadio/malandro. Ele estava ligado a certas atividades econômicas (como a pesca) e também era um guardião de um tipo de memória ancestral de nossas mais longínquas tradições, já que o colonizador ibérico tinha aportado “na praia”.

Essas diretrizes, traçadas pelo próprio organizador da seção, permitem uma aproximação com os 50 artigos que a compõem de 1941 a 1945. A seção é a única que aparece em todos os números da revista e que não sofre decréscimo após as transformações ocorridas em 1942: na primeira fase são publicados 17 artigos e na segunda, 33.

Destes 50 textos, 28, logo 60% das matérias, referem-se ao que o autor chama de folclore espiritual místico-religioso, tratando de aspectos que envolvem as crenças, superstições e devoções populares. Mais precisamente, a maioria absoluta dessas matérias dedica-se à análise do processo pelo qual a devoção católica foi absorvida pelo “fetichismo” africano e ameríndio, resultando em um tipo de cultura religiosa popular.

A quase totalidade desses textos, e de todos os demais, é de autoria do próprio Basílio de Magalhães, sendo o comparecimento de colaboradores na seção um acontecimento bissexto.¹⁵⁵ Dessa forma, o que ele realiza é uma espécie de seleção dos principais elementos do folclore místico que estariam vinculados às bagagens culturais das etnias formadoras do povo brasileiro. O que ressalta sobretudo é a presença da contribuição luso-brasileira, expressa principalmente pelos estudos sobre festas religiosas e santos protetores, temas que se interpenetram. Praticamente, são três os santos que merecem destaque: Santo Antônio (o santo casamenteiro), São Benedito (o protetor dos negros) e São João (como o primeiro, ligado a festividades tradicionais).

Os artigos procuram demonstrar como uma herança religiosa ibérica é recebida em diversos contextos regionais e étnicos do Brasil e como são produzidas “histórias” e “práticas” devocionais, como romarias, procissões, jubileus e festas religiosas. A “localização” desses eventos é

geralmente o Nordeste, havendo um deslocamento para o Norte e o Centro quando se trabalha com a “herança ameríndia”. Esta é, sem dúvida, a menos tratada quantitativamente, concentrando-se na descrição de lendas e mitos ligados aos elementos da natureza.

Proporcionalmente, é mais relevante a presença da “herança africana”, expressa nos fenômenos da religião e da língua. Mas, nesse caso, com frequência, o negro não é identificado como um produtor de crenças, e sim de superstições, e o que está em foco nas análises são aspectos como seus objetos e comportamentos de culto. Isto é, reconhece-se o peso cultural do negro, mas considera-se que a evolução em curso é a de um sistema primitivo para um sistema civilizado, apontando-se sua persistência cultural e também seu caráter de “sobrevivência”.

Os estudos folclóricos, nesse aspecto, aprofundam uma de suas ambigüidades constitutivas. O “povo” em sua ótica é um verdadeiro tesouro, que encerra riquezas ignoradas que precisam ser conhecidas e preservadas. Por isso, povo e tradição, ou o povo como fonte e arquivo de um passado sem registros, precisam ser recuperados e valorizados. Mas esse povo possui contornos que a categoria tradição identifica como “primitivos”, “rurais” ou “dominados”, correndo o “risco” de desaparecer. A missão que os folcloristas se atribuem, como a literatura sobre o assunto ressalta, é salvar um certo tipo de passado e mantê-lo em um certo tipo de museu, como parte integrante de um certo tipo de patrimônio histórico.

Informados pelo positivismo e, como no caso de Basílio de Magalhães, definindo o folclore como ciência empírica em distinção (mas não em oposição) a uma ciência teórica, os folcloristas desejam a criação de instituições como os museus das tradições populares. Neles, o tempo da memória coletiva seria, depois de classificado, guardado, não mais correndo o perigo de desaparecer. Contudo, se há um tom nostálgico nessa operação de resgate — nesse bandeirantismo cultural —, há igualmente um toque de inevitabilidade progressivista. A perda desse passado, caso não devidamente conservado, descrito e exposto aos olhos públicos, era resultado da própria prevalência dos conteúdos mais civilizados e eruditos de uma cultura. Logo, de sua “evolução”, sendo o desaparecimento dos elementos dominados um sinal positivo, que podia ser saudado e interpretado como a vitória dos melhores elementos de um dado sistema cultural. Era justamente para essa dinâmica que os textos sobre o folclore místico-religioso do Brasil apontavam: entre as manifestações culturais de grupos social e etnicamente distintos, imperava a herança ibérica, e o que permanecia das demais heranças iria e deveria certamente desaparecer.

¹⁵⁴ Sobre a distinção entre “povo”, “raça” e classe trabalhadora, bem como sobre a construção da figura do camponês, ver Ortiz (1992); Chartier (1990, especialmente cap. V e VII); e Revel (1989, especialmente cap. II e III).

¹⁵⁵ Além de Basílio de Magalhães, escrevem na seção: Câmara Cascudo, Oliveira Martins, Inácio Raposo, Luís Heitor e um ou outro autor não-brasileiro.

Se havia uma dimensão de passado vivo, de passado sempre presente nas manifestações folclóricas, a "evolução" transformava inevitavelmente as formas/contornos dessas manifestações. Se um núcleo permanecia, suas expressões não, e elas precisavam ser resguardadas. A incúria dos intelectuais e especialmente dos políticos estava em não atentar para a existência e o valor desse patrimônio histórico, que na verdade só resistiria perfeitamente ao tempo cronológico nos museus. Se os folcloristas procuravam demarcar um objeto e uma metodologia de trabalho próprios, convergiam para uma preocupação também cara aos historiadores: a montagem de instituições que se destinassem a "guardar" objetos e todo tipo de vestígios de uma cultura e de um tempo "passados". Os museus históricos e os museus folclóricos, no limite, referiam-se a "passados" que não podiam continuar eternamente vivos. Nos dois casos, no limite e de forma diferenciada, só o registro/guarda era real escapatória para o esquecimento e a morte.

É claro que as distâncias entre o ofício do historiador e a ação do mitógrafo popular eram enormes, até mesmo porque poucos homens de ciência representam-se no imaginário da sociedade brasileira como tão vinculados à categoria de "erudito" como o historiador. Não deve ter sido casual, certamente, a escolha de Capistrano de Abreu para materializar "a" figura do historiador. Para além de seu imenso saber e de sua obra revolucionária em termos metodológicos, Capistrano é pintado como um "esquisito", que só se sentia bem em bibliotecas, entre livros e papéis. Um homem que gostava de aprender e não de ensinar: um erudito.

O folclorista, ao contrário, é um homem do trabalho "de campo", que vai ao povo em busca das manifestações que encerram a sua "alma", aquilo que lhe é mais interior. Ambigualmente, essa "alma" tem claras formas de exteriorização e é, ao mesmo tempo, mortal e imortal. Em uma sociedade sempre haverá uma cultura popular a ser "cientificamente" conhecida, mas como ela não é sempre a mesma, é nesse espaço de "tempo" que o mitógrafo faz a sua coleta e lança a sua proposta de transformar "sobrevivências" em patrimônio histórico cultural.

É bem verdade que, no caso da reconstituição da realidade folclórica, o que se busca sempre destacar são os elementos que, apesar de recriados através do tempo, guardam uma certa essência das origens: possuem uma alma imortal.

Talvez seja oportuno assinalar que o perfil da seção "O povo brasileiro através do folclore" é justamente o das práticas religiosas, aquelas destinadas a conduzir o homem até Deus ou até o diabo, como algumas lendas indígenas e cultos africanos informavam. Os restantes 40%

do universo levantado distribuem-se entre: manifestações do folclore espiritual estético — música, dança e literatura popular, em especial do Nordeste; manifestações do folclore espiritual teórico-técnico — ciência popular, ou seja, práticas curativas; e muito pouco sobre folclore etnográfico, ilustrado por costumes associados a atividades econômicas.

Esse conjunto se completa com alguns artigos que discutem a nova ciência: sua história, seus conteúdos e, sobretudo, a bibliografia produzida no Brasil e em outros países, com destaque para Portugal. Também escritos por Basílio de Magalhães, esses artigos deixam transparecer um movimento de grande interesse pelos estudos folclóricos e, ao mesmo tempo, demonstram a extrema heterogeneidade daqueles reunidos pela empreitada.

Como todos os que escrevem sobre folclore assinalam, uma de suas dificuldades é a ausência de formação profissional do pesquisador, que, concentrado na coleta de dados como atividade prioritária, não está municiado nem com procedimentos metodológicos, nem com instrumental conceitual. É claro que, especialmente em momento em que os campos disciplinares estavam em vias de constituição no Brasil, há uma gama muito ampla de indivíduos aos quais o termo "mitógrafo" é aplicado por Basílio de Magalhães. Essa largueza, que comporta hierarquia, é ela mesma, no entanto, sintomática.

Assim, para exemplificar, em um mesmo artigo ele comenta o livro do "erudito lusitanista" Ribeiro Guimarães — *Sumário de vária história*, em cinco volumes — e a publicação da senhorinha Stela Leonardos da Silva Lima, de apenas 18 anos, intitulada: *...E assim se formou a nossa raça*. Concluindo, Basílio de Magalhães escreve:

"(...) os meus sinceros aplausos, augurando continue ela a empregar a sua formosa inteligência no burilamento de jóias de arte, em verso ou prosa, para enaltecer e perpetuar cada vez mais as tradições que melhor prendem à terra do berço a alma e o coração da boa gente do Brasil."¹⁵⁶

As dificuldades dos estudos do folclore no Brasil e no mundo têm ampla história e nela é comum assinalar-se como problemática "uma ótica redutora da cultura a sobrevivências do passado", afora muitas ou-

¹⁵⁶ Magalhães, Basílio de. O povo brasileiro através do folclore, XII. *Cultura Política* (12):228-32, fev. 1942.

tras questões.¹⁵⁷ Em nosso país, a evolução desse campo intelectual tem como referência básica os anos 50, com os marcos da criação da Comissão Nacional do Folclore (1947) e, 10 anos depois, da organização da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (1958). Esse teria sido o período de apogeu de tais estudos, o que se expressou pela realização de quatro semanas nacionais do folclore (1948, 1949, 1950 e 1952), cinco congressos brasileiros (1951, 1953, dois em 1959, e 1963) e um congresso internacional (1954). Cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Salvador, Fortaleza, Maceió e Curitiba abrigaram esses eventos, onde uma interlocução permanente e tensa com a sociologia e a antropologia se realizava, resultando numa marginalização do folclore.

Os grandes nomes sempre lembrados como referências primordiais na área do folclore nessa década eram Sílvio Romero, Amadeu Amaral e Mário de Andrade, que não têm textos reproduzidos no espaço reservado para o tema em *Cultura Política*. Mas a Comissão Nacional do Folclore organiza-se imediatamente após a queda do Estado Novo, e é difícil pensar que ela nada tenha a ver com o esforço de "bandeirantismo cultural" por ele promovido. Além disso, seu objetivo de "promover uma ação político-ideológica de construção de um 'ser nacional'" é por demais sugestiva das diretrizes da política cultural getuliana (Cavalcanti & Vilhena, 1990:76).

Contudo, os expoentes da organização do Movimento Folclórico nos anos 50 são homens de um "novo" tipo. Eles têm vínculos com as instituições universitárias criadas nos anos 30 e pertencem aos campos da antropologia e da sociologia, sendo portanto profissionais especializados e não amadores e militantes da ciência. É bem verdade que Basílio de Magalhães, um professor catedrático, também não se enquadraria nesta última classificação de forma tão simplista. Mas, provavelmente pelo tipo de postulação que fazia dos estudos folclóricos, encontrava-se distante do teor do debate que os anos 50 iriam encaminhar: Florestan Fernandes, Manuel Diegues Jr., Darci Ribeiro e Édison Carneiro, entre outros, passariam ao proscênio.

Uma história literária do cotidiano

Duas outras seções de *Cultura Política* mantêm conexões estreitas com "O povo brasileiro através do folclore". Elas também se voltam para a caracterização desse ator coletivo, através do resgate de suas

¹⁵⁷ Sobre os debates em torno dos estudos folclóricos no Brasil dos anos 50, ver Cavalcanti & Vilhena (1990:75-92).

formas de pensar, sentir e agir. "Quadros e costumes regionais" e "Páginas do passado brasileiro" comportam, contudo, algumas especificidades. Mais uma vez, recorrer à apresentação que a revista faz da primeira dessas seções pode ser pedagógico, embora a citação seja um pouco longa:

"Conhecer o Brasil é também fixar-lhe os costumes, as paisagens, as cenas e quadros típicos do interior, do litoral e das capitais. Tudo isso evolui com as transformações políticas e sociais, prolongando através do tempo a linha mais pura e mais genericamente brasileira das nossas tradições populares. A alma do povo desponta por detrás dos seus quadros de costumes: vemos, ali, o povo vivendo a sua verdadeira vida de todos os dias, a grande vida humana que as instituições políticas se destinam a interpretar, defender, amparar, estimular e encarnar nas formas e sistemas de governos. Esse grande e verdadeiro povo do Brasil é que será retratado nessas páginas."¹⁵⁸

A metáfora do retrato é excelente. O modelo (em qualquer acepção que seja lida a palavra) é o mesmo: o povo. O objetivo fundamental também: ressaltar as virtudes desse modelo. O que muda é o ângulo de visão, proporcionando novas perspectivas, que permitem novas descobertas.

O olhar das duas seções que estarão aqui em foco realiza alguns deslocamentos em relação aos estudos científicos das tradições de nossa cultura popular. Em primeiro lugar, trata-se de alargar o horizonte, nele incluindo o espaço urbano de forma prioritária. É nesse espaço, em grande parte, que as transformações sociais e políticas que ocorrem no curso da evolução de um povo podem ser rapidamente diagnosticadas. A urbanização e sua "chegada" ao interior é um fenômeno crucial, portanto, para esse tipo de olhar.

Vinculada a esse ponto, tem-se também uma certa alteração nas relações dialéticas entre passado, presente e futuro. O traçado de uma linha de continuidade na história desse povo, seus vínculos com um passado de tradições, permanece inalterado. Mas o olhar do observador

¹⁵⁸ Quadros e costumes do Centro-Sul. *Cultura Política* (1):230, mar. 1941.

está particularmente atento às transformações que acontecem no interior desse movimento, assinalando-as e abarcando-as numa composição harmônica. Não se trata mais de falar em "sobrevivências" e de pensá-las em termos de heranças étnicas.

Esse esforço de resgate implica, igualmente, colocar o intelectual em interação com o povo, mas não mais necessariamente através de uma "ida ao campo", como no exemplo anterior. As fontes por excelência apontadas como capazes de promover tal conhecimento são as fontes literárias: romances, crônicas, folhetins e memórias. No caso de "Quadros e costumes regionais", os textos são escritos pelos próprios responsáveis pelas "regiões" — Graciliano Ramos, Raimundo Pinheiro e Marques Rebelo. O aspecto fundamental de todo este conjunto é, por conseguinte, o caráter testemunhal. Os autores fixam os quadros e costumes da vida do povo com que conviveram. Já em "Páginas do passado brasileiro", há uma seleção de textos, eles mesmos integrantes de nosso passado intelectual. Como o que se quer fixar são os "quadros e costumes" de um passado datado, as fontes literárias devem ser igualmente datadas: contemporâneas ao que descrevem, assegurando também um caráter testemunhal ao que narram.

Finalmente, um aspecto ressalta dessas duas seções, embora ainda mais da primeira. A "personalidade" do povo está sendo apreendida vendo-o "vivendo a sua verdadeira vida de todos os dias, a grande vida humana" feita de pequenas coisas. Os costumes retratados, por conseguinte, embora possam se referir a festas ou a um ou outro evento extraordinário, fixam-se naquilo que é comum, que se desenvolve no ritmo paciente das décadas e dos séculos, diferentemente do ritmo veloz da política que, no entanto, deve amparar e encarnar tais formas de vida.

A seção "Quadros e costumes regionais", como já foi referido, constitui um conjunto de 39 artigos, distribuídos equitativamente entre as três regiões que a integram: 14 referentes ao Nordeste, o mesmo número ao Centro-Sul, e 11 ao Norte.

A montagem de um pequeno quadro classificatório auxilia a compreensão do teor desses textos.¹⁵⁹

¹⁵⁹ Todos os artigos que serão mencionados foram publicados na seção entre março de 1941 e maio de 1942, portanto em cerca de mais de um ano. Após essa data, "Quadros e costumes regionais" desaparece da revista. Optou-se por não fazer referências individualizadas às matérias para não sobrecarregar o texto de citações. Os temas foram criados para facilitar a análise e a comparação dos artigos; eles não existem na revista.

Quadros e costumes regionais

Temática	Região Nordeste	Região Centro-Sul	Região Norte	Total de textos
Vida social: costumes e tipos populares/rurais	7	—	6	13
Vida política	3	—	1	4
Vida cultural/social	4	14	4	22
Total de textos	14	14	11	39

A produção de Graciliano Ramos realiza uma verdadeira etnografia da vida sertaneja, descrevendo de forma densa seus costumes e tipos populares: o casamento acordado entre famílias, o interior de uma casa no sertão de Pernambuco, a experiência de um pequeno "grupo dramático", as aventuras de dois cantadores famosos etc. Algumas figuras encarnam o "espírito da região", como uma matriarca conhecida que dirigia fazenda, marido e agregados, e até conheceu Lampião; um lendário e verídico "malandro" do Nordeste — o Tibório —, que fazia falcatruas até com o vigário. Enfim, os textos de Graciliano primam pelo cuidado expressivo em todos os detalhes e pelo bom humor. São quadros divertidos, ainda quando falam de disputas sangrentas entre facções políticas. Eles fazem um elogio ao sertão e assinalam que mudanças profundas estão ocorrendo, produzindo o desaparecimento de muito do que está sendo narrado, do que está sendo rememorado.

Graciliano distribui razoavelmente seus textos entre o que se está considerando aspectos sociais, políticos e culturais da região. Quando fala de política refere-se basicamente aos chefes e às lutas próprias do período da Primeira República, mas não há nada na narrativa que soe como crítica, como desvalorização do período. Os aspectos culturais são os relativos aos cantadores, ao teatro e à vida intelectual do Nordeste. Embora muito do que ele narre sobre sociedade, política e cultura faça remissões a localidades urbanas, não é a cidade que está sendo descrita etnograficamente.

O contraste com a produção de Marques Rebelo é total, já que todos os seus artigos têm como aspecto privilegiado as cidades: o movimento de urbanização que se interioriza com os seus símbolos marcantes, sob o influxo da política estado-novista. Os temas e personagens de seus artigos são, por conseguinte, a vida de Januária, às margens do São Francisco, agora calma pela supressão da velha politi-

cagem; as cidades de Cataguazes, Serro, Itajubá, Montes Claros e Belo Horizonte, em Minas; a sua cidade natal — Monte Castelo —, que ganhava novos ares, jardins e até campo de esporte; e também o cotidiano de uma família no Rio de Janeiro, modelo de cidade moderna.

São crônicas do cotidiano das cidades que, em geral, têm o objetivo de associar urbanização e modernização, saudando as transformações que ocorrem, embora sem perder, em alguns casos, uma certa nostalgia.

Já os textos de Raimundo Pinheiro distribuem-se basicamente entre a caracterização de tipos e costumes da região e também de sua vida urbana. As cidades de Manaus, de Santarém, o povoado de Barcelos e sobretudo Belém, onde se realizam a festa do Círio e uma grande comemoração de Natal. O caboclo do Norte e a dura vida doméstica da mulher da região também são abordados. Nada porém sobre a vida na floresta ou sobre índios.

Toda essa literatura assume, assim, a tarefa de refletir a vida social cotidiana do homem brasileiro e, em o fazendo, resguardá-la do esquecimento. O modelo de "literatura naturalista", engajada politicamente — embora não de forma simplista, mecânica ou panfletária —, é muito claro. Ou seja, para além da escritura do próprio autor ou de suas posições ideológicas pessoais, como no caso de Graciliano Ramos, o uso que a revista estado-novista faz dos textos e o contexto em que ela os coloca estabelecem a conexão com o projeto do regime. Uma literatura de tradição documental, como Monica Velloso ressaltou, é o parâmetro orientador das crônicas solicitadas aos responsáveis pela seção.¹⁶⁰

Ou seja, o que se deseja ressaltar aqui é o processo de apropriação realizado por *Cultura Política*, próprio, como já assinalou Chartier, à função do editor. Só que, neste exemplo, tal processo tem raízes profundas e um de seus referenciais básicos talvez possa, sem erro, ser situado na *História da literatura brasileira* de Sílvio Romero, consistindo em analisar um texto segundo o quanto ele contribui para a formação do caráter nacional, construindo "um critério etnológico-patriótico" para a criação artística.

¹⁶⁰ São excelentes as observações da autora sobre a tradição documental da literatura brasileira no texto em que trabalha com Euclides da Cunha e Machado de Assis, usando como fonte o suplemento Autores e Livros. Ver Velloso (1988:239-63).

Tal paradigma sofrera, ainda em fins do século XIX, e continuou sofrendo inúmeras contestações, mas manteve potencialidades, que os ideólogos do Estado Novo souberam tratar com competência.

Esta reflexão é importante para que se possa entender não só o teor da presença de autores como Graciliano Ramos e outros em *Cultura Política*, como também o sentido diverso de uma análise descontextualizada de seus textos. No caso presente, a ênfase é em uma análise que privilegie sua inserção no projeto da publicação.

As virtualidades de uma apropriação "naturalista" de textos literários por *Cultura Política* poderiam ser iluminadas pelas críticas de um contemporâneo de Sílvio Romero, José Veríssimo. Em seus *Estudos de literatura brasileira* ele procura distinguir "uaturalismo" de "realismo", criticando e identificando o primeiro a um modelo exclusivamente etnológico e "nacionalístico": "Nenhuma obra de arte pode viver sem verdade, mas a verdade na Arte não é a cópia trivial da realidade das coisas."¹⁶¹

Nesse sentido, e justamente porque em nossa história político-intelectual diferentes correntes de pensamento valorizaram e mesmo esgotaram a produção literária como instância refletora do mundo social, é possível entender claramente o exercício que iria comandar a seção "Páginas do passado brasileiro". Tratava-se de selecionar, das páginas de romances de época e de livros de memórias, "passagens" que fixassem imagens e momentos representativos da vida do homem brasileiro através dos séculos de sua história.

A literatura, associada a uma certa percepção simplista da fotografia, poderia conter "instantâneos" do dia-a-dia do povo no campo e nas cidades, nas festas, em suas casas etc. "Fidelíssimos relatos" era o que se almejava oferecer ao leitor através das páginas de "escritores de ontem".

O "passado" social redescoberto por essa garimpagem literária cumpria a missão de informar e formar o "sentido" profundo, anterior, da nacionalidade brasileira. Esse sentido, em permanente contato com o presente e o futuro, garantia, na citação de Bergson, um sentimento de "duração de nós mesmos".¹⁶²

As "páginas", depois "quadros", do passado brasileiro, como a seção anterior, estão concentradas na primeira fase da revista, quando en-

¹⁶¹ Veríssimo (1976a). A citação é feita por João Alexandre Barbosa na introdução dos *Estudos* (p. 17). O texto de Roger Chartier especificamente lembrado é "Textos, impressos, leituras" (1990, cap. 4).

¹⁶² Páginas do passado brasileiro. *Cultura Política* (1):245, mar. 1941.

globam 18 textos. Na segunda fase praticamente desaparecem, pois só sete extratos são publicados, perfazendo-se um total de 25 matérias entre março de 1941 e janeiro de 1944. Um quadro organizando o conjunto por assunto é igualmente ilustrativo.¹⁶³

Páginas/Quadros do passado brasileiro

Temas	Nº de textos	Porcentagem
Costumes e tradições		
Cotidiano urbano	7	
Cotidiano rural	5	
Tradições religiosas	3	
Total parcial	15	60
Atores históricos		
Soldados/guerras	4	
Bandeirantes	2	
Jesuítas	2	
Total parcial	8	32
Outros	2	8
Total geral	25	100

Como se vê, os costumes e tradições dominam a cena, que, mesmo quando destaca atores, não os toma como indivíduos, mas como parte de uma "corporação". A presença razoável de soldados é facilmente compreensível pelo clima da Segunda Guerra Mundial e pela exaltação das Forças Armadas.

Os autores dos textos escolhidos são cronistas, como França Júnior e João do Rio, atentos aos aspectos da vida carioca dos séculos XIX e XX: a rua do Ouvidor, os hotéis e o amor no Rio. A citação é de um folhetim do primeiro autor.¹⁶⁴

¹⁶³ O mesmo procedimento utilizado para se trabalhar com "Quadros e costumes regionais" será aqui aplicado. Na segunda fase da revista, o critério de uso de fonte literária nem sempre é respeitado.

¹⁶⁴ Em incíos do século o livro tinha que ser feito, na maioria das vezes, no exterior, havendo poucas livrarias importantes. Praticamente, só o folhetim, por sua associação com a imprensa, conseguia gerar repercussão social e alguma remuneração para o autor.

"Sem pretendermos os foros de Atenas (...), pode dizer-se que a vida fluminense está na rua do Ouvidor

(...) As charutarias são atualmente o que eram as boticas nas priscas eras do gamão e da patriarcal camisola-da-china.

Naquele ponto discutem-se questões de praça e diversos pormenores da vida social.

O grupo que lá vai compõe-se de corretores e capitalistas.

(...) são homens de vistas práticas e incapazes de tramar uma revolução ainda mesmo contra o Jockey-Clube, sociedade de que alguns fazem parte.

(...) Mais adiante fica o Hotel Ravot.

É onde se hospedam todos os fazendeiros ricos da província: porque os de Minas instalam-se nas ruas de S. Bento e Municipal pelas casas dos correspondentes.

*O Hotel Ravot, pois, simboliza a nossa primeira riqueza: o café.*¹⁶⁵

Ao lado das páginas dos cronistas estão as dos romancistas, ensaístas e memorialistas como Manuel Antônio de Almeida, Raul Pompéia, Alfredo E. Taunay, Joaquim Nabuco, Carlos de Laet, Eduardo Prado, Alcântara Machado e Afonso Arinos. Desses autores são selecionados trechos de obras famosas — como *Inocência*, *Minha formação* e *Vida e morte do bandeirante* —, mas também trabalhava-se com textos menos conhecidos.

Além da vida cotidiana, destacam-se as festas religiosas católicas, os desmandos políticos da Primeira República, a importância econômica das tropas de muares e da estrada de ferro, entre outros. Os sentimentos avocados são os da religiosidade, da vida familiar, do trabalho e da mundanidade urbana.

Vários dos autores e livros selecionados estão entre os que formam a galeria de historiadores do suplemento de *A Manhã*. A literatura e a história tinham um encontro marcado nas "Páginas do passado brasi-

¹⁶⁵ Páginas do passado brasileiro, VI. *Cultura Política* (6):272-3, ago. 1941.

leiro". O ponto que permitia o ajuste do encontro era a seleção no interior das obras: o olhar era o de uma "história existencial", que narrava e que inequivocamente tinha o sabor de rememoração.

Vultos e documentos: os "maiores" de nossa história

Se o povo brasileiro era um ator fundamental em nossa evolução, possuindo uma "história existencial" que se manifestava na vida cotidiana das cidades e do campo, nas práticas religiosas e artísticas, nos costumes presentes nas atividades econômicas e científicas e no próprio imaginário popular repleto de lendas e mitos, ele não era certamente o único ator que precisava ser resgatado por uma política de ressurreição do passado.

Cultura Política divide suas atenções e espaços entre o que hoje poderíamos considerar uma história "social", onde aspectos econômicos e culturais e também a vida cotidiana de atores coletivos têm destaque, e uma história privilegiadamente "política", em que "acontecimentos" singulares e personalidades ganham a cena principal. É claro que não se trata de cometer o erro de anacronismo, atribuindo aos editores da revista uma concepção que nos é contemporânea de história social, política ou das idéias e mentalidades. Trata-se, contudo, de assinalar a perspectiva ampla que o periódico assume ao delinear o que seria nossa "cultura histórica" e, nessa recuperação, de reunir de forma harmônica as "contribuições" do povo e das elites; as "dimensões evolutivas" da economia, da política e da sociedade; o trabalho de intelectuais das áreas da literatura, da sociologia, da antropologia e da história.

Não há inclusive, como projeto maior da revista, uma diretriz hierarquizada, mas há uma clara distinção, sendo que a seção "História" marcaria por excelência o traçado de uma fronteira. Ao lado dela, que se constituiria no núcleo de uma concepção de passado organizado em termos de um tempo datado e povoado por eventos "interpretados" como paradigmáticos na evolução da nacionalidade brasileira, estariam duas outras do mesmo teor: "Textos e documentos históricos" e "Intérpretes da vida social brasileira".

Ou seja, o que se pode verificar na proposta de ambas é que se ligam à idéia de fornecer subsídios básicos e essenciais à própria construção da história do Brasil, quer em termos da produção de novos textos, quer em termos do ensino da disciplina.

O exemplo de "Textos e documentos históricos" é por demais evidente e está articulado a uma série de iniciativas governamentais muito

mais ambiciosas, como é o caso das publicações de manuscritos e outras fontes por parte da Biblioteca Nacional. *Cultura Política*, portanto, nesse pequeno espaço, está se engajando no esforço de divulgação documental que ocupa o Estado Novo, e que se desdobra tanto no objetivo de fornecer ao pesquisador um acesso mais fácil à fonte, quanto no de esclarecer o público mais amplo sobre a importância do documento para o "fazer" da história. Ele é o ponto de partida do trabalho historiográfico, sendo a relação do historiador com sua fonte a própria síntese da imagem que se constrói para esse "novo profissional" que as faculdades de filosofia deveriam começar a formar.

Uma seção como esta, para *Cultura Política*, ensinava ao leitor sobretudo o que era um "documento histórico". Vale dizer, informava-o sobre a multiplicidade de materiais que podiam se inscrever sob essa rubrica, bem como sobre a centralidade de sua conservação e divulgação para um real estímulo à produção intelectual nessa área do conhecimento, antiga no país, mas que só com o Estado Novo ganhava contornos específicos.

Essa é uma seção autônoma, que tem longa duração, sendo publicada desde o primeiro número, em março de 1941, até o nº 40, em maio de 1944. Nesse período, 54 documentos foram escolhidos. Sua reunião em um quadro temático-cronológico oferece a seguinte distribuição:

Textos e documentos históricos

Períodos/temas	Nº de textos	Porcentagem
Período colonial	15	27,70
Pacto colonial	4	
Jesuítas, missões	4	
Invasões, lutas nativistas	3	
D. João VI, processo de Independência, D. Pedro	4	
Período imperial	24	44,40
Regências	3	
2º Reinado: política	17	
2º Reinado: economia	2	
Abolição, escravidão	2	
Período republicano	10	18,50
1ª República: política	8	
1ª República: economia	2	
Outros (vultos etc.)	5	9,40
Total geral	54	100,00

A primeira observação a ser feita é sobre a importância do período imperial, e nele, da política em nossa história. Não se trata, evidentemente, de ignorar uma dimensão política em nossa vida colonial. Ao contrário, como veremos ainda, ela é crucial, porque está marcada — praticamente identificada — aos episódios nos quais os brasileiros lutaram por sua “independência” contra os estrangeiros e, a seguir, contra a Metrópole.

Mas vida política *stricto sensu* tivemos a partir do Império, quando a construção do Estado/Nação impôs-se aos brasileiros. Dessa forma, o Império é o momento político por excelência, encarnando-o de maneira evidente o Segundo Reinado. A República — e todos os documentos referem-se ao período até 1930 — também é basicamente política, quase não incorporando questões de natureza sociocultural.

Há, é claro, vida econômica nos três períodos, sobretudo na Colônia, que é construída a partir de temáticas que se referem ao comércio exportador, a produtos e mão-de-obra.

De certa forma, não deve causar espécie a falta de textos e documentos referentes a aspectos sociais e intelectuais, uma vez que a seção “Páginas do passado brasileiro” dedicava-se a fixar justamente esses aspectos, recorrendo a fontes literárias bem específicas: romances “de época” e memórias, com destaque.

Outra questão significativa na análise dessa seção, e que o quadro não mostra, é o tipo de textos e documentos selecionados para publicação e o teor que tais materiais queriam transmitir.

Os “textos” extraídos de livros e jornais não têm o menor peso percentual, reduzindo-se a sete casos. Portanto, praticamente todo o universo era constituído por “documentos” que abarcavam predominantemente: discursos parlamentares, correspondências (cartas e telegramas), cartas régias, cartas de brasão, autos de processo, testamentos, pareceres, memorandos e manifestos. Uma ampla variedade, que era completada com algumas memórias, também inexpressivas numericamente. Quanto à origem do material, vale destacar a importância da coleção de Francisco Marques dos Santos, de onde são extraídos inúmeros “inéditos”, e também, como seria natural, do acervo da Biblioteca Nacional.

Todos esses textos e documentos eram precedidos de uma pequena nota da revista, onde se indicava sua origem e se propunha uma “leitura”, com frequência articulada às questões enfrentadas pelo Estado Novo e às soluções por ele propostas. Isto é, também nessa seção procurava-se demonstrar como o governo Vargas exprimia, historicamente, o

sentido da nacionalidade brasileira. Para ilustrar a leitura proposta por *Cultura Política*, cabe mencionar alguns exemplos.

“Em 5 de agosto de 1822, foi assinado no Palácio Rio Negro, pelo Príncipe Regente, um manifesto do Brasil aos governos e nações amigas, justificando nossa atitude contra a preponderância, em nosso país, da corte portuguesa (...). Sua linguagem, seu estilo e sobretudo seu sentido político representam uma famosa expressão na história de nossa diplomacia (...). Por ele se sente a tendência do nosso espírito nacionalista, que hoje cresce cada vez mais com a nova política do Brasil.”¹⁶⁶

Os ideais nacionalistas eram recorrentemente assinalados em episódios registrados pelos documentos, quer estes se referissem ao período colonial, imperial ou republicano. Os autores/atores eram elogiados, sendo a seção uma forma de destacar figuras da história do Brasil, tanto as já tradicionalmente conhecidas e reconhecidas — como D. Pedro e José Bonifácio, o redator do manifesto citado —, quanto outras, muito menos destacadas. Este é o caso do discurso parlamentar de Fausto Cardoso, assim apresentado:

“Contra a vizinha estéril, as povoações demagógicas, os debates inúteis que tanto retardavam as realizações dos governos, pronunciou, na sessão de 9 de junho de 1902, no seio do Congresso Nacional, o seu mais célebre discurso proclamando a ditadura, em resposta a Rui Barbosa, então senador pela Bahia. Idealista, batera-se contra o Império (...) mas [tornou-se] republicano desiludido (...). Já naquela época, através das rivalidades conseqüentes da autonomia dos Estados, compreendera a força da unidade nacional.”¹⁶⁷

A crítica à experiência da Primeira República era evidente nessa seção, concentrando-se no processo eleitoral e nos procedimentos parlamentares, mas estendendo-se também à administração das finanças.

¹⁶⁶ O Manifesto da Independência do Brasil (1822). *Cultura Política* (2):198-205, abr. 1941.

¹⁶⁷ A ditadura no Congresso Nacional em 1902. *Cultura Política* (4):181-7, jun. 1941.

Nesse sentido, é interessante observar que são publicados dois textos de Alberto Torres, qualificado de grande pensador fluminense: um denunciando a subordinação política do Brasil e outro criticando a monocultura e o apoio dado pelos governos da Primeira República à agricultura. Portanto, em *Cultura Política*, o pensamento de Torres é recuperado e integrado a uma seção em que figura como verdadeira "fonte" histórica.¹⁶⁸

A política, interna e externa, do Segundo Reinado é muito mais poupada, inclusive porque, sugestivamente, boa parte dos documentos publicados sobre o tema refere-se à vida privada dos membros da família imperial e não à sua atuação no espaço público. A série de 20 cartas escritas por D. Pedro II e seus irmãos a familiares na Europa entre 1831 e 1834 é provavelmente o melhor exemplo.¹⁶⁹

Além disso, é preciso registrar que, também nessa seção, a partir de setembro de 1942, aparecem documentos sobre o tema da guerra — do Paraguai e de expulsão dos holandeses, por exemplo —, embora no volume geral não cheguem a transformar o tipo de documentação que vinha sendo divulgada. O que ocorre, na verdade, é uma diminuição acentuada da frequência com que a seção passa a figurar na revista, como já assinalado. Finalmente, vale observar a inclusão de um discurso do presidente Getúlio Vargas, pronunciado em Manaus em 10 de outubro de 1940, e considerado, pela revista, uma de suas peças mais notáveis pelo sentido de brasilidade profundo. "O discurso do rio Amazonas" ganhava assim sentido histórico, incorporando-se ao conjunto selecionado.¹⁷⁰

Da mesma forma que o projeto político-cultural estado-novista procurava evidenciar o valor do "povo" por suas tradições, usos e costumes, procurava também ressaltar a existência e a importância de "personagens históricos" que "resumiam" em si mesmos as qualidades desse "coletivo" e, em o fazendo, asseguravam tanto a continuidade quanto

¹⁶⁸ O primeiro texto mencionado é: A Primeira República vista por Alberto Torres. *Cultura Política* (2):193-7, abr. 1941, e refere-se a artigo publicado no *Jornal do Commercio* em 1912, sob o título "Nação ou colônia?". Na introdução a ele feita, escreve-se: "Preveno já as nossas crises e transformações políticas, idealiza para o Brasil um governo capaz de (...) acabar com os privilégios, proteger o proletariado, amparar a produção, preparar o espírito do povo, tal como se vem realizando em nossos dias (...)". O segundo texto é: A formação brasileira e o desenvolvimento da economia nacional. *Cultura Política* (7):243-5, set. 1941.

¹⁶⁹ Primeiras cartas de D. Pedro II. *Cultura Política* (14):173-83, abr. 1942.

¹⁷⁰ O discurso do rio Amazonas. *Cultura Política* (8):227-30, out. 1941.

as transformações de nossa sociedade. "Intérpretes da vida brasileira" propunha-se formar uma galeria de "heróis" em sentido bem amplo: representantes dos princípios formadores do povo brasileiro, que podiam exprimir seus sentimentos, necessidades e aspirações. Eram os homens que traduziam "o que há de melhor e mais expressivo para a avaliação do espírito brasileiro, em sua tarefa construtora", inclusive porque definiam-se "o valor de um povo pelo valor de suas elites (...) artistas de todos os gêneros, estadistas, cientistas, figuras ilustres da vida pública".¹⁷¹

Não há, assim, qualquer tensão entre atores coletivos e individuais, sendo o "vulto histórico", na leitura de *Cultura Política*, um criador e uma criação da sociedade brasileira, unindo passado e presente e assinalando a transcendência de certos valores próprios ao "espírito nacional". Daí "intérpretes" para designar a galeria de figuras homenageadas com uma biografia, muito semelhante àquelas organizadas por Autores e Livros na seção "Notícias". Cada personagem tinha sua trajetória de vida — pública e privada — reconstituída: filiação, local de nascimento, infância, instituições educacionais, ocupações profissionais, amizades e episódios marcantes da vida nacional nos quais tomara parte.

Talvez seja útil lembrar, ainda uma vez, que uma das estratégias pedagógicas para o ensino da história, no período, era justamente introduzi-lo a partir de biografias de homens célebres, para em seguida tratar de temas mais amplos. As dificuldades para a execução de tal método eram muitas, entre elas os contemporâneos registravam a falta de textos de referência acessíveis, dos quais os dados biográficos pudessem ser retirados, quer para compor os programas de história da civilização, quer para os de história do Brasil.¹⁷²

Os "Intérpretes da vida brasileira" podiam assim não só atender aos interesses de um público amplo, socializado com o gênero biográfico, como aos de um público mais específico de professores de história

¹⁷¹ Intérpretes da vida social brasileira. *Cultura Política* (1):243-4, mar. 1941.

¹⁷² Vale a pena transcrever a orientação do professor Jonathas Serrano (*História da civilização*. Rio de Janeiro, 1934. v. 1, p. XV) sobre a montagem de um capítulo/aula: "a) uma rápida vista geral do assunto em menos de 10 linhas; b) uma ou duas biografias sumárias dos vultos mais importantes e representativos; c) um quadro cronológico, em que figurem somente as datas mais notáveis relacionadas com o ponto; d) um resumo do que é essencial, na hipótese de ser desenvolvida a matéria além da simples biografia e dos episódios; e) uma, duas ou três leituras curtas e sugestivas, que completem quase sempre as biografias e sirvam para aumentar o interesse do aluno; f) um vocabulário dos termos empregados capazes de embarçar os estudantes da primeira série, cujo cabedal de palavras é sabidamente restrito e não raro confuso". A citação de J. Serrano está em Holanda (1957:130). Sobre os livros didáticos de história, ver Reznik (1992).

do ensino secundário que iniciavam sua prática didática sob os cânones da reforma Capanema.

O conjunto de textos publicados por *Cultura Política* reuniu 17 biografados, cuja classificação é feita pelo próprio periódico.

- *Políticos*: Diogo Antônio Feijó, Evaristo Ferreira da Veiga, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Antônio Carlos de Andrada e Silva, José Bonifácio de Andrada e Silva, José Maria da Silva Paranhos (visconde do Rio Branco), José Maria da Silva Paranhos Júnior (barão do Rio Branco), José da Silva Lisboa (visconde de Cairu) e Getúlio Dornelles Vargas.
- *Militares*: Luís Alves de Lima e Silva (duque de Caxias), Manoel Luiz Osório (general Osório) e marechal Deodoro da Fonseca.
- *Literatos*: Manoel Antônio de Almeida, Afonso Henriques da Costa Guimarães (Alphonsus de Guimaraens), Cláudio Manoel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto e frei José Mariano da Conceição Veloso.

Como se vê, a predominância de políticos é maciça, ainda mais acentuada pelo fato de Caxias e Deodoro poderem ser também identificados como figuras de nossa vida política, e de alguns literatos estarem envolvidos na Inconfidência Mineira. Surpreendentemente, Tiradentes não está citado, embora se possa aventar que a seção sofreu interrupção. O período histórico privilegiado é também o Império, com destaque para o Segundo Reinado, onde o projeto estatal-nacional tem suas origens mais cultivadas.

A relação de vultos privilegiava assim a temática das lutas pela Independência e pela defesa da pátria e, com a mesma ênfase, da luta pela construção de um Estado nacionalista, como queria o Estado Novo. O único personagem vivo, capaz de se ombrear com os demais, era Vargas, síntese das qualidades da elite e do povo brasileiro, como *Cultura Política* assinalava com frequência e vigor.

Essa é a história...

Em termos da análise do universo de textos publicados por *Cultura Política*, e abarcados aqui pelo que se está chamando de uma "cultura histórica", é sem dúvida a seção "História" aquela que oferece quantitativa e qualitativamente maiores oportunidades para uma reflexão sobre que "versão" da história do Brasil estava sendo configurada no Estado Novo.

Ao se fazer esta observação, não se deseja, contudo, dizer que são os "interesses" do Estado/governo Vargas que comandam livremente essa construção, ou que os historiadores e demais intelectuais dela participantes são meros joguetes de um projeto cultural que escapava completamente de suas mãos. As duas perspectivas, como o curso do trabalho vem demonstrando, são falsas. Nesse sentido, o que mais uma vez se deseja assinalar é o fato de *Cultura Política* — seus editores e colaboradores mais importantes — propor uma "leitura" de todo o material, que nela se publica. Dessa forma, a "interpretação" específica de cada artigo fica "submetida" à "interpretação" mais global que o periódico encaminha. Como também já ficou claro, trata-se de um discurso nacionalista, vinculado a um Estado "forte" e "democrático", porque legitimado pelos mais caros valores e demandas socioculturais do povo brasileiro.

A seção "História" precisa, por conseguinte, ser observada sob vários ângulos.

Em primeiro lugar, ela é publicada em praticamente todos os números, sofrendo, como se verá, de forma significativa os impactos da entrada do Brasil na guerra. A seção reúne um conjunto de 48 artigos, alguns bem alentados em volume de páginas, e alguns ilustrados por fotos, desenhos etc.

Escreve para "História" um razoável número de colaboradores, havendo os que se destacam um pouco mais pela frequência. Entre eles, o grande nome é Hélio Viana, que inclusive se concentra na discussão de certas temáticas, tornando as páginas da revista um veículo de divulgação importante de sua produção intelectual. Além dele, alguns autores merecem ser citados, quer porque também se apresentam com mais assiduidade, quer porque são ou serão reconhecidos como nomes de destaque. No primeiro caso estão: Mário Melo, secretário perpétuo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco; Oto Prazeres, funcionário do Ministério da Justiça; Mercedes Dantas, da Academia de Letras da Bahia, do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, do Pen Club e presidente da União das Educadoras, e Odorico Costa, diretor da Imprensa Oficial de Goiás. No segundo caso estão: José Maria Belo, ex-senador por Pernambuco e procurador da Fazenda do Distrito Federal; Djacir Menezes, professor da Faculdade de Direito do Ceará; Brito Broca, escritor, jornalista e crítico literário, e Vicente Tapajós, das escolas técnicas municipais, por exemplo.

De modo geral, pode-se considerar que não estão escrevendo para "História" os grandes intelectuais da época, historiadores ou não. A grande maioria do elenco de colaboradores é de professores, membros

dos institutos históricos e geográficos de vários estados e também funcionários de órgãos do aparelho de Estado. Após 1942, o número de militares cresce muito proporcionalmente à fase anterior da revista.

Os autores dos artigos publicados são em parte "pesquisadores" e em parte "divulgadores" dos conhecimentos históricos produzidos por intelectuais já consagrados. Por essa razão, é interessante assinalar que muitos textos recorrem ao que se chama de "argumento de autoridade" quando da citação de um livro. Nesse sentido, três figuras aparecem de forma destacada, constituindo uma espécie de trilogia de referência: Gilberto Freire, com seu *Casa grande e senzala* e outros; Euclides da Cunha, com *Os sertões*; e Oliveira Viana, com *Populações meridionais* e outros.

É extremamente significativa a incidência de presenças que, na classificação de Autores e Livros, não compõem o mundo historiográfico *stricto sensu*. Esse fato demonstra a força com que, no Estado Novo, desenvolvia-se todo um investimento em torno do que tais nomes significavam em termos da "nova" cultura brasileira. É claro que alguns "historiadores" são também muito citados e cortejados, entre os quais ressaltam: Alcântara Machado (*Vida e morte do bandeirante*), Pandiá Calógeras (*Formação histórica do Brasil*), A. Taunay (*A retirada de Laguna*), e o editor Paulo Prado (*Primeiras visitas do Santo Ofício às partes do Brasil*).¹⁷³ De maneira também reveladora, não há praticamente menção aos textos de Capistrano de Abreu, Varnhagen, Oliveira Lima e outros considerados autênticos "pais fundadores" do saber histórico no Brasil, como se viu anteriormente. Essas diferenças entre Autores e Livros e *Cultura Política* são sugestivas da dinâmica de produção e divulgação de dado conhecimento disciplinar em certo momento da vida política de uma sociedade.

Outra ordem de observações diz respeito a como os artigos aparecem arranjados na seção, uma vez que, embora de forma maciça classificados como "história", podiam também aparecer como "história política", "economia" e, mesmo não explicitamente, como "história militar". O domínio da história política é evidente, mais ainda se a ela for incorporado o aspecto militar-diplomático, que ganha foros de autonomia devido à guerra. Contudo, ainda assim, são numerosos e significativos os artigos que fazem análises econômicas, como o de Oto Prazeres

¹⁷³ Os livros de documentos das *Primeiras visitas* são os relativos às *Denúncias da Bahia*, de 1925, com introdução de Capistrano de Abreu, e às *Denúncias de Pernambuco*, de 1929, com introdução de Rodolfo Garcia. Agradeço a Ronaldo Vainfas esta informação suplementar.

— "O último orçamento da Monarquia" —, que destaca como os orçamentos governamentais podem informar sobre a política e a vida de uma sociedade; e os que fazem análises socioculturais, como o de Djacir Menezes — "Retalhos de psicologia da sociedade colonial" —, que cita Alcântara Machado e Roger Bastide, para examinar aspectos íntimos (sexuais) da vida dos colonos brasileiros.¹⁷⁴

Vale articular esse tipo de matéria com todo um contexto de debates sobre a produção e o ensino da história que, datando do pré-30, encontra expressão nítida na reforma Campos. Ele constituía uma reação ao predomínio quase exclusivo da história política e, mais particularmente ainda, ao fato de seu ensino reduzir-se a uma infundável citação de nomes, datas, governos, batalhas etc., o que tornava a disciplina insuportável e inútil para qualquer estudante. É nesse sentido que, nas instruções metodológicas de 1931, escrevia-se:

*"Cumpra conciliarem-se no ensino da história os aspectos econômico, político e ideológico. Colaborando com a geografia, a história ministrará conhecimento das relações existentes entre a organização econômica, a forma de produção, a estrutura social, o Estado, a ordem jurídica e as diversas expressões da atividade espiritual, sem sacrificar qualquer desses vários aspectos à consideração exclusiva de um ou mais destes, porém, tratando de cada qual segundo a importância relativa que tiver na vida do país e na evolução geral da humanidade."*¹⁷⁵

Além disso, atendendo ao espírito e às instruções da reforma de 1942, a "história" de *Cultura Política* era sobretudo o ensino da história pátria. Artigos sobre história da América ou sobre aspectos que envolvessem o Brasil e outros países não ocupavam as preocupações da revista. Esta é uma das constatações que se pode fazer observando o quadro que distribui os textos da seção em períodos e temas, agrupando na categoria "outros" aqueles que não se adequam à classificação realizada.

¹⁷⁴ Os artigos citados estão, respectivamente, em *Cultura Política* (43):138-51, ago. 1944; *Cultura Política* (40):144-50, maio 1944.

¹⁷⁵ Apud Hollanda (1957:19).

História

Períodos/temas	Nº de textos	Porcentagem
Período colonial	21	44
Descobrimto do Brasil	2	
Jesuítas/índios	7	
Expansão territorial	3	
Economia e sociedade	2	
D. João VI	1	
Movimentos nativistas	6	
Período imperial	12	25
Primeiro Reinado/Regências	3	
2º Reinado	6	
Abolição/escravidão	3	
Período republicano	9	19
Campanha republicana	3	
Primeira República	6	
Outros	6	12
Pré-história brasileira	1	
História da América	2	
Outros	3	
Total geral	48	100

O quadro não surpreende ao evidenciar a predominância de artigos sobre os períodos colonial e imperial, conforme a tradição que aconselha o distanciamento no tempo como forma de alcançar a objetividade. O que cabe notar, no caso dessa seção, é a nítida concentração de textos sobre a Colônia e o destaque neles dado aos temas "jesuítas/índios" e "movimentos nativistas", envolvendo 13 dos 21 textos do total. Isso porque, diferentemente de "Páginas do passado brasileiro" e de "Intérpretes da vida social brasileira", onde os vultos e os documentos do século XIX são muito presentes, em "História" o que vai assumindo grande visibilidade através da leitura conjunta dos artigos é a preocupação com as raízes históricas de nossa formação social.

Quanto ao Império e ao período republicano, a incidência do Segundo Reinado e da Primeira República é mais do que compreensível. O interessante, como se verá, é que haverá uma dose bem razoável de críticas à Monarquia e um olhar bem mais complacente para a Primei-

ra República, flexibilizando-se uma tendência editorial da revista já observada.

Evidentemente, é impossível analisar o conteúdo de todos esses artigos; tentar-se-á, pois, empreender uma leitura que enfatize três diretrizes que podem ser detectadas como orientadoras de um projeto estado-novista de narração da história do Brasil. A primeira retoma uma das mais clássicas questões do pensamento social brasileiro desde a segunda metade do século XIX, estruturadora do trabalho de Martius, já em 1840, no IHGB. Isto é, escrever a história do Brasil é escrever sobre a história de um povo constituído por três raças — "o" índio, "o" negro, "o" branco, todos no "singular" —, ao abrigo de um espaço tropical imenso. As duas outras remetem à situação de um povo colonizado pela Europa, alvo de sua cobiça e de seus tratados e interesses políticos e econômicos. Ou seja, escrever a história do Brasil é escrever sobre a história de um povo que precisou lutar em várias frentes para defender sua autonomia, que politicamente se chamava República. Portanto, essa é a história de um povo republicano. Em todos os casos, para *Cultura Política*, esse povo foi um grande vencedor.

Essa é a história de um povo mestiço...

É trivial constatar que, no Brasil, o enfrentamento da "questão racial" é uma das vias diretoras da reflexão político-intelectual durante mais de um século, e que tantas dificuldades e investimentos certamente não são casuais. Da "solução" dessa questão — paradigmática e simbólica para a construção da identidade brasileira — dependeram, sucessivamente, muitas políticas públicas e também muitos dos valores culturais que assegurariam ou abalariam a coesão de nossa sociedade.

Não foi, portanto, coincidência que o autêntico "projeto civilizatório" de Pedro II, em meados do século XIX, estivesse tão vinculado à busca de uma resposta a essa questão e que, naquele momento, tal resposta se traduzisse em uma monografia histórica de um naturalista europeu apresentada ao concurso do recém-criado IHGB. Seguindo a mesma lógica, não é de forma alguma coincidência que, um século depois, quando o Estado Novo articula um "novo projeto civilizatório" para o país, essa questão volte a ocupar lugar de honra, especialmente porque ela nunca deixara de estar na ordem do dia dos estudos político-sociais.

Talvez seja interessante, portanto, acompanhar mais de perto algumas das características do empreendimento estado-novista, tendo como

hipótese a centralidade do esforço de difusão então empreendido para traçar uma "resposta acabada" para o verdadeiro problema da síntese da nacionalidade. Ou seja, perceber como o Estado Novo foi um momento estratégico para a construção do mito da democracia racial brasileira e, mais precisamente ainda, de que maneira tal mito se articulou a uma certa versão da história do Brasil.¹⁷⁶ *Cultura Política* fornece subsídios para esta reflexão, que obviamente nela não se esgota.

Não há propriamente na seção "História" um trabalho programático explícito com relação à questão racial. Ela emerge de forma fragmentada e diluída, quando os autores escrevem sobre vários assuntos e, com mais destaque, sobre certos temas, como os classificados sob os títulos jesuítas/índios, movimentos nativistas, ou qualquer evento que envolva o negro na Colônia, no Império ou na República. Além disso, o tratamento dado pela revista à questão não pode ser limitado a essa seção, devendo ser articulado com outros textos publicados em outras seções, como "Problemas sociais", e também com uma série de artigos que aparecem sob as rubricas "Literatura" e "Biografia". A série tem o título "Euclides da Cunha, o estilizador da nossa história", e seu autor é Ataíde Miranda.¹⁷⁷

Esta referência é indicativa de outro traço do trabalho da revista, que é a valorização, pela seleção e publicação de textos, de autores referenciais, entre os quais, no que diz respeito à questão racial, estão exatamente Euclides da Cunha, Gilberto Freire e Oliveira Vianna. Além deles, há outros de menor expressão, numa combinação que, sem excluir tensões, garante harmonia e equilíbrio à construção proposta.

Um ponto de partida útil para demarcar o discurso da revista — que, nesse caso, está presente de forma geral no discurso estado-novista — é a caracterização do "povo brasileiro" como uma "raça de mestiços", sendo a esta designação atribuídos conteúdos morais, políticos e sociais extremamente positivos. Não se tratava mais, portanto: a) de transitar no interior de uma "ideologia de branqueamento", que postulasse a necessidade e a possibilidade da fusão racial, com o predomínio do branco, isto é, do "melhor" fator, quer tomado sob o prisma "biológico", quer tomado sob o prisma "cultural"; e b) de aceitar uma hierarquia de valores entre raças, em que o índio e especialmente o negro

¹⁷⁶ Muito já se escreveu sobre este assunto, mas um texto que se tornou referência básica é Matta (1981:58-85).

¹⁷⁷ *Cultura Política* não fornece dados biográficos sobre o autor, e a série aparece em (42):124-43, jul. 1944; (45):92-101, out. 1944; (46):281-94, nov. 1944; e (50):209-33, mar./maio 1945.

tivessem posição inferior, fundamento das teorias científicas e evolucionistas do século XIX. Aceitavam-se, desse modo, com a designação "raça de mestiços", os seguintes fatos: a) que o Brasil não seria uma sociedade "branca"; e b) que não haveria inconveniente algum nessa constatação, uma vez que as "teorias rácico-espaciais" eram falsas.

Os desdobramentos de tais assertivas emergem na revista como uma conclusão "natural" e não como um trabalho intelectual: a sociedade brasileira era fruto do "caldeamento" de três raças/culturas, cujo resultado possível e desejável era uma fusão "quase que perfeita", expressa no tipo do mestiço. O Brasil, portanto, por mais múltiplos e complexos que fossem seus elementos formadores, tinha uma face: a *cara do país era mestiça, e era uma*. Este é o ponto.

Em uma certa perspectiva, a afirmação parece não conter qualquer novidade. Afinal, Sílvio Romero e outros havia muito falavam da mestiçagem étnica e moral, embora, é bom lembrar, referidos à "ideologia do branqueamento" e resistentes à positividade da "raça negra". Essas formulações também não se restringiam de forma alguma aos intelectuais brasileiros, povoando igualmente projetos latino-americanos, embora com as variações compatíveis.¹⁷⁸ Nos anos 20, inclusive, tornara-se razoavelmente corrente a negação do fator étnico como "causa" dos problemas nacionais, mas, ainda que se reconhecessem nossos males na falta de saúde e de educação do país, o horizonte do "branqueamento" não fora inteiramente perdido.

A operação estado-novista, por conseguinte, não inventa propriamente algo "novo". Ela acelera o ritmo e dá direção a um processo que estava em curso, esgrimindo alguns argumentos, refinados por "leituras" de autores que se consagram "no" e "pelo" período. Por essa razão, as próprias "leituras" estado-novistas desses autores transformam-se, elas mesmas, no "pensamento" de tais autores.

A afirmação central dessa operação intelectual era a que identificava a idéia de "fusão" racial — de "uma" cara — com a idéia de "democracia" racial. Ou seja, a mestiçagem — fosse étnica ou moral — "integrava", no sentido de gerar um resultado em que qualquer dos fatores nele presentes era absorvido numa totalidade sem "conflitos". A mestiçagem diluía não só a "diversidade" como também a "desigualdade" entre índios, negros e brancos, gerando uma "área de igualdade" que se traduzia, magnificamente, por uma categoria político-cultural. Investigar as origens e a dinâmica desse processo de mestiçagem consti-

¹⁷⁸ Ver Tenório (1994:123-48).

tuía-se na busca das próprias origens do valor da "igualdade" no Brasil, que tinha uma história diferente daquela vivida pelos países europeus e resultava, em decorrência, num tipo de democracia distinta.

Para *Cultura Política*, a incursão nos fundamentos de nossa democracia racial era, assim, uma outra estratégia para afirmar as especificidades da democracia no Brasil — da democracia "do" Estado Novo —, que não era política e sim social.¹⁷⁹ De modo muito esquemático, mas indo ao núcleo da construção, o que se procurava fixar era um dos traços característicos de nossa "cultura tropical", da "alma de nosso povo". Ele recebia, entre outros, o nome de "sentimento de igualdade das raças", exprimindo-se, de forma expressiva, nas trocas sexuais e sociais presentes em séculos de nossa história.

Isso significava, em primeiro lugar, não só que a sociedade brasileira tinha um conteúdo democrático que lhe era "intrínseco", mas também que esse "sentimento" nada devia às teorias liberais europeias e à idéia de cidadania por elas construída. Aliás, a construção liberal era acusada de possuir um "preconceito igualitário", enquanto, no Brasil, a igualdade não tinha raízes "artificiais", mas muito mais profundas, pois fundadas em contatos humanos físicos e morais, materializados na mestiçagem.¹⁸⁰

Estava, assim, na história do Brasil a chave para se compreender a dinâmica de tal processo, que "explicava" nossa própria identidade nacional e desafiava as teorias fantasiosas das raças puras, dos climas frios e dos conflitos de classe. Alguns de nossos maiores intelectuais haviam salientado esses pontos e "intuído" o papel de destaque da mestiçagem, ao escrever sobre os mais variados episódios de nossa história.

Euclides da Cunha fora o primeiro, em ordem cronológica. *Cultura Política* iria recuperá-lo com o sentido que o subtítulo dos artigos de Ataíde Miranda propõe: o estilizador de nossa história. Isso significava que Euclides fora um dos que dera à nossa história um "estilo": uma

¹⁷⁹ Em meu livro, *A invenção do trabalhismo* (1994), já discorri longamente sobre a noção de "democracia social", também trabalhando com a revista *Cultura Política*. Não julgo necessário ou procedente repetir tais reflexões, às quais quero agregar uma outra linha de argumentos que a reforçam. Ver especialmente o capítulo 5.

¹⁸⁰ Ver por exemplo "A igualdade de raças no Brasil: suas raízes históricas", que é a publicação de um extrato de Lima (1922:29-35), em *Textos e documentos históricos. Cultura Política* (1):202-6, 1941. E também, O'Reilly, Newton. Raça de mestiços, em *Problemas sociais. Cultura Política* (25):83-8, jun. 1943. Lilia K. M. Schwarcz (1993) chama a atenção, por outros caminhos, para o mesmo aspecto que estou aqui assinalando. Ver particularmente suas conclusões.

forma de pensar e sentir o país "como possível de posse". Não casualmente ele conferira lugar especial ao fenômeno da mestiçagem, trabalhando com autores como Taine e Gumpowicz, mas "ultrapassando-os" ao rejeitar a predominância de quaisquer elementos — clima, raça, tradição — na formação de nossa nacionalidade. Ele teria descoberto nossa "tendência" à fusão, nossa aptidão para a "domesticação da natureza" e para a religiosidade. A figura do sertanejo como um "forte de espírito" por excelência era o símbolo de nossa originalidade completa.¹⁸¹

Euclides da Cunha realizara o "pluralismo científico", rejeitando o "naturalismo explicativo" exclusivista de sua época. Como ele, outros autores enfrentaram a "condenação" que pairava sobre nós e mostraram, com uma série de exemplos retirados de nossa história, como conseguíamos construir uma civilização que se afirmava ao longo do tempo, política, econômica e socialmente. Oliveira Viana podia e devia ocupar uma posição de importância equiparável, ao demonstrar a especificidade de nossa sociedade rural ante a metrópole portuguesa e ante outras experiências europeias e americanas, aí incluída a experiência dos Estados Unidos, por muitos evocada como paradigma. Essa sociedade rural, da qual o autor era o grande estudioso, era o berço da mestiçagem e, sem sua compreensão, não seria possível reconstruir essa "ausência" de preconceito racial que existia entre nós. Essa operação podia ser feita, é claro, apesar do fato de os próprios escritos de Oliveira Viana pautarem-se na "ideologia do branqueamento" que se estava então afastando.

Mas a grande referência era, sem dúvida, Gilberto Freire, lido como a reflexão mais "acabada" da vitória do povo brasileiro sobre a chamada "questão racial". Vários artigos recorrem a ele, citando-o ou não, quando narram a história do Brasil: os portugueses não eram "brancos", mas já mestiços, o que não os impediu de obra colonizadora grandiosa; os índios e os jesuítas permitiam a "descoberta" de uma "rebelião natural" contra a submissão e de um sentimento moral que impregnava a sociedade colonial e deixava suas marcas profundas; os negros não eram tão "servis" quanto se imaginava, e os estudos mais recentes sobre a abolição o demonstravam. Embora, nesse caso, como Freire também advertia, não houvessem sido tão grandes os "maus tratos" a eles inflingidos, o que facilitava ainda mais todo um intercurso social/sexual. Isso explicava, por exemplo, por que a abolição acabara por "vitimizá-los" os negros, deixados sem qualquer amparo, nem mesmo o do senhor. Medida "demagógica" da princesa regente, que atingiu a todos e

¹⁸¹ Ver série já citada, particularmente o terceiro artigo, de novembro de 1944.

ao país e, especialmente, ao "trabalho", que vegetou durante toda a Primeira República.¹⁸²

Como se vê na leitura de *Cultura Política*, Oliveira Viana e Gilberto Freire não eram incompatíveis, especialmente porque incorporados em um conjunto maior de autores dos quais se extraíam elementos específicos.¹⁸³ Além disso, como Martius já havia ensinado há um século, não se podia falar do Brasil sem falar sobre índios, negros e brancos, e sobre a "harmonia" de raças que aqui se construiu.

Mas seria enganosa uma visão inteiramente sem conflitos de todo esse processo histórico. Por um lado, porque se nele não houve uma tensão binária (luta de classe), e sim "acomodações" ternárias, não deixou de haver tensões, perfeitamente compreensíveis e absorvíveis: resistência de índios, quilombos, fugas de escravos, violências de brancos colonos e senhores etc. Por outro lado, porque não se podia entender o próprio processo de mestiçagem sem extrapolar as relações entre seus três elementos geradores, lançando um olhar mais amplo sobre a situação "colonial" em que todos eles viviam. Ou seja, havia uma certa gama de conflitos que envolviam o "outro" — definido sempre como aquele que ameaçava a nacionalidade —, e que não podia ser incluído no processo de "caldeamento", até mesmo reforçado por essas situações dramáticas.

Dessa forma, a história do Brasil era também uma história de lutas, mas de um tipo bem preciso.

Essa é a história de um povo pacífico que sempre soube lutar...

O ano de 1942 é um marco simbólico para um conjunto de transformações que envolvem as políticas interna e externa brasileiras. O ataque japonês a Pearl Harbour, em dezembro de 1941, mostrara que quaisquer resistências brasileiras a um claro alinhamento com os Estados Unidos estavam superadas. A Conferência do Rio de Janeiro, em inícios

¹⁸² A leitura estado-novista de Gilberto Freire terá longa duração. Sobre o pensamento do autor, ver Araujo (1994).

¹⁸³ Howes (1975) destaca a postura não-agressiva do racismo de Oliveira Viana e sua adesão aos efeitos favoráveis da miscigenação; posição, aliás, comum ao campo intelectual brasileiro de sua época. Nesse sentido, observa que não haveria tantas dificuldades em aproximá-lo da escola representada por Gilberto Freire, que é justamente o que *Cultura Política* realiza, lendo os dois autores.

de 1942, sancionou o fato e, no mês de agosto, a entrada do Brasil na guerra era uma "exigência" nacional. Em termos de política interna, ficava também clara a finitude do horizonte de duração do Estado Novo. Para as elites governamentais, cumpria administrar a transição política para um regime liberal-democrático que poderia tardar, mas não falharia.¹⁸⁴

Em termos de política cultural e, mais especificamente, de propaganda política do Estado Novo, o impacto dessas mudanças não foi pequeno. Na revista *Cultura Política*, pertencente ao DIP, houve alterações significativas, embora Almir de Andrade não abandonasse sua direção. O "espírito" geral das mudanças ocorridas pode ser sintetizado em uma nova diretriz que deveria "hegemonizar" as já existentes. A revista passaria a ser o veículo de difusão de uma "cultura militar", face destacada de nossa "cultura política".

Nada mais congruente com tal objetivo, que reforçava os vínculos de coesão social na nação, do que alimentar e estimular essa "cultura militar", abordando-a através da reconstrução de nosso passado "guerreiro". Ou seja, se o povo brasileiro era, por "índole", pacífico e disposto à absorção de conflitos, além de plástico e flexível em sua dinâmica de caldeamento físico e cultural, era um povo que sabia lutar. A história desse povo precisava, assim, ser contada para ser conhecida amplamente, num momento em que a mobilização para a guerra se fazia tendo em vista o *front* de batalha na Europa e também o *front* de produção no Brasil. Dessa forma, a partir de 1942, *Cultura Política* investe mais sistemática e claramente na divulgação de matérias desse teor, e a seção "História" inscreve-se particularmente nesse esforço.

Exemplar, nesse sentido, é a edição extraordinária da revista lançada em agosto de 1943 em comemoração ao primeiro aniversário da entrada do Brasil na guerra. Nesse número, organiza-se um dossiê — "Outras guerras do Brasil: história, literatura e documentos" —, onde várias matérias são publicadas.

Uma delas é de autoria de Hélio Viana e funciona como uma síntese do que se desejava transmitir como leitura de nossa história político-militar. O autor inicia o texto esclarecendo que, de 1504 a 1942, o Brasil envolvera-se em 23 conflitos internacionais e que em todos eles visara somente "a defesa de sua integridade territorial e de sua honra ultrajada por agressores europeus ou americanos".¹⁸⁵ O Brasil, portanto,

¹⁸⁴ Examinei esta conjuntura em detalhes em *A invenção do trabalhismo* (1994, cap. 4 especialmente).

¹⁸⁵ Viana, Hélio. História das guerras brasileiras. *Cultura Política* (33):293-309, ago. 1943.

nunca empreendera guerras de conquista ou de agressão, mas, sob regime colonial, imperial ou republicano, sempre soubera pegar em armas para defender sua soberania. Este era o ponto fundamental que traduzia o conteúdo de "pacifismo" do povo brasileiro. Não se tratava de falta de disposição ou de habilidade para a luta e muito menos de um passado carente de experiências guerreiras. O povo brasileiro era "pacífico" porque só empreendera guerras de defesa em nome da pátria.

O texto de Hélio Viana, assim como outros que tratam de episódios específicos, narra assim a história de "um povo pacífico que sempre soube lutar em nome de sua independência". O elenco de "guerras" comentado pelo autor cobria desde as escaramuças com piratas franceses em inícios do século XVI; as lutas para a expulsão de estrangeiros no Norte e no Nordeste no século XVII; os episódios que envolviam a Colônia do Sacramento no século XVIII e XIX; a Guerra do Paraguai, já em fins do século XIX; e finalmente as duas guerras mundiais. Nem todos os conflitos foram gloriosos ou tão bem-sucedidos, mas, no balanço geral, os brasileiros sempre demonstraram sua coragem e sobretudo a legitimidade de suas posições.

Contudo, a despeito de tão rico passado, o que *Cultura Política* insiste em registrar, através de dois artigos distintos e complementares, é que o "tema da guerra" não sensibilizava muito, ou não sensibilizava de forma adequada nem nossos historiadores, nem nossos literatos.

Segundo Umberto Peregrino, um capitão do Exército brasileiro, o que havia sido produzido sob o rótulo de história militar era uma "história medíocre, mofina, simples descrição de batalhas e feitos heróicos". Embora muito do que existisse tivesse sido feito com "admirável paciência, tocante amor e até alta compenetração", não chegara a se constituir em verdadeira história.¹⁸⁶ Fazendo um inventário bibliográfico, o articulista conclui que eram volumes e volumes de um "primarismo comovedor": "estudos descritivos a que se seguem apreciações crítico-militares", numa nítida "confusão" entre história e crônica, com citações de documentos. O que ele não observa, entretanto, é que praticamente todos os "estudos" eram de autoria de militares, versando praticamente sobre a Guerra do Paraguai. As duas exceções por ele apontadas merecem observação. São elas: *A retirada de Laguna*, de Taunay, um "documento humano" repleto de episódios históricos; e, em especial, *Os sertões*, de Euclides da Cunha, identificado como um verdadeiro historiador militar.

¹⁸⁶ Peregrino, Umberto. A história militar no Brasil. *Cultura Política* (36):108-13, jan. 1944.

Nesse caso, a arquitetura da obra de Euclides é resgatada, não mais para se ressaltar a dialética entre "a terra" e "o homem", mas para se analisar o capítulo "a luta". Nele, para o articulista, Euclides mostrava como se podia articular exposição e crítica e, sobretudo, como se podia dar destaque a aspectos como a "topografia" e o "abastecimento", fugindo de uma concentração em batalhas e chefes militares. Euclides da Cunha era, assim, mais uma vez considerado um modelo de historiador, agregando-se à sua cultura sociológica esse saber pouco comum entre nós, que era o do trato dos episódios militares.

Tal especificidade seria igualmente ressaltada por Brito Broca, não mais considerando Euclides como historiador, e sim como um literato. De toda forma, o percurso e as conclusões de um artigo — "A literatura de guerra no Brasil" — são convergentes com as do texto anteriormente citado.¹⁸⁷ Excluindo de sua análise as narrativas de "caráter puramente histórico", o autor fazia uma reflexão sobre o que fora produzido tendo a guerra como fonte de inspiração direta ou indireta: memórias, diários íntimos, romances e poesia.

A primeira conclusão era que pouco fora produzido, seguida de uma outra:

*"Evidentemente, a literatura de guerra não há de ser rica num país como o Brasil, que sempre procurou resolver seus conflitos sem luta armada. Somente nos tempos coloniais, quando o nosso destino estava ligado ao de Portugal, tivemos de enfrentar com mais frequência sangrentas campanhas."*¹⁸⁸

A Guerra do Paraguai, "grande acontecimento histórico do período romântico", por exemplo, nada havia inspirado a José de Alencar ou a Machado de Assis, que apenas a situara como pano de fundo para alguns romances, como *Iaiá Garcia*, *Quincas Borba* e *Memorial de Aires*. Alencar chegara a escrever alguns romances históricos, onde o tema da guerra era presente, com destaque para dois: *A Guerra dos Mascates* e *O gaúcho*, no qual o herói do livro entrava na Guerra dos Farrapos. Os maiores autores de nossa literatura de guerra eram, assim, Alfredo E. Taunay e Euclides da Cunha, de quem Brito Broca destaca também "A esfinge", página da obra *Contrastes e confrontos*.

¹⁸⁷ Broca, Brito. A literatura de guerra no Brasil. *Cultura Política* (31):310-7, ago. 1943.

¹⁸⁸ *Ibidem*, p. 310.

A "literatura militar", histórica ou ficcional, era um campo a descoberto no Brasil, rico de oportunidades a serem cultivadas, o que *Cultura Política* desejava estimular. Além disso, pode-se observar também nesses balanços críticos a existência de textos significativos sobre "guerras" que não se centravam em conflitos internacionais, remetendo a outros tipos de luta, onde o inimigo e o objetivo a ser alcançado precisavam ser mais bem qualificados. Nesses casos, que inantem pontos de interseção com os primeiros, a idéia-chave passava a ser a manutenção da "unidade nacional", agora identificada como "segurança nacional".

Ou seja, a história do Brasil que se narrava era a de um povo pacífico que sempre soubera lutar por sua "independência"/"soberania", tanto defendendo-se das agressões dos inimigos externos, que invadiam seu território, quanto das ameaças dos inimigos internos, que igualmente podiam comprometer a segurança do país com suas propostas separatistas e/ou politicamente "subversivas".

Nesse sentido, integrava-se ao elenco de 23 "conflitos internacionais" outro conjunto de "guerras" travadas em *fronts* muito diferenciados e por combatentes os mais diversos. A história do Brasil assumia, assim, a perspectiva de uma narrativa épica, que abarcava tanto episódios de ocupação e manutenção do território quanto episódios de resistência à dominação por um poder absoluto, fosse ele o poder metropolitano ou não.

O próprio fato de o grande "historiador militar" estar sendo identificado em Euclides da Cunha, simultaneamente tratado como "sociólogo", aponta para a centralidade desse outro universo de lutas na história de nossa nacionalidade. Nesse enredo, Canudos tem a função pedagógica de associar a luta pela constituição de um povo mestiço com o sentimento de resistência "natural" desse povo quando se percebe oprimido e injustiçado. Como evento paradigmático, Canudos demonstrava a combatividade excepcional de que éramos capazes, o que podia e devia ser ressaltado pela história do Brasil. Euclides da Cunha apontara para "a realização do impossível", e mostrara o caminho a ser perseguido por aqueles que o sucederiam.

Essa é a história de um povo republicano...

Cultura Política, através da seção "História", faria um cuidadoso investimento na reconstrução de nosso passado, buscando destacar, como já mencionado, três diretrizes que, na verdade, tiveram funções com-

plementares. Em primeiro lugar, a idéia de que a história do povo brasileiro possuía um conteúdo "democrático profundo e natural", radicado na dinâmica da mestiçagem, presente no país desde o período colonial. O entendimento das origens históricas e da natureza do conteúdo das "idéias democráticas" no Brasil, situadas fora dos marcos artificiais do liberalismo, como o Estado Novo ajudara a revelar, explicitara esse sentimento democrático até então abafado. Em segundo lugar, a defesa dos ideais de liberdade e de igualdade, realizada por nosso povo, estava vinculada a um passado de lutas por nossa autonomia política que possuía como melhor forma de tradução a luta pelos ideais republicanos.

A história do Brasil que *Cultura Política* construía por meio de numerosos artigos publicados em suas páginas era a de um povo que, cada vez mais, ao lutar por sua autonomia/independência/soberania, lutava nos marcos de valores cuja realização completa se faria sob o regime republicano. É para essa conexão que é preciso atentar, observando que, segundo a leitura desse importante veículo da política cultural do Estado Novo, mais do que o Império, era a República que guardava as mais autênticas tradições da nacionalidade e, por conseguinte, iluminava as perspectivas de futuro do país.

Alguns estudos já fixaram os esforços políticos desenvolvidos, sobretudo durante os primórdios do período republicano, para a construção de mitos e símbolos de consagração desse regime.¹⁸⁹ O sucesso relativo da empreitada também tem sido apontado, concorrendo para ele a instabilidade dos primeiros governos e a "modéstia" com que o aparelho de Estado da Primeira República investiu em qualquer tipo de política cultural. Por outro lado, o Estado Novo, por ser um regime autoritário, centralizador e intervencionista, costuma ser muito mais associado às imagens imperiais e ao elogio a este momento "inaugural" do processo de construção do Estado nacional. O que se deseja destacar aqui é que, sem descuidar da "glória" imperial, a história do Brasil proposta pela ótica de *Cultura Política* é a história de um "povo republicano", inclusive porque a idéia de República é associada à de democracia. Uma observação atenta de certos artigos pode ilustrar como se realiza essa construção.

Uma indicação substantiva é o número de artigos dedicados ao estudo dos chamados movimentos nativistas ocorridos durante os séculos XVIII e XIX, destacando-se neles o "sentimento republicano". Seis artigos, em boa parte oriundos de colaboradores vinculados ao Instituto Ar-

¹⁸⁹ O mais importante trabalho é Carvalho (1990). Ver também Oliveira (1989:172-89).

queológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, insistem no vínculo entre nativismo, independência e republicanismo. Mário Melo, secretário perpétuo daquele instituto, explica inclusive que só após a própria Proclamação começaram os historiadores a olhar com "simpatia" os elementos republicanos precursores de nossa independência. Até então, segundo ele, a figura de Pedro II, como principal animador dos estudos históricos no país, teria impedido tal resgate, menos por desconhecimento dos profissionais da área, do que por sua atitude de não querer desgostar o imperador. Com a República, a situação se altera, mas a falta de apoio por parte do poder público inibe uma produção historiográfica maior, o que só é finalmente superado com o Estado Novo.

Segundo ele, a despeito da "exumação do cadáver de Tiradentes" realizada pela República, a Inconfidência Mineira não havia recebido ainda a atenção que lhe era devida. Com o Estado Novo, contudo, realizava-se uma espécie de "exame de consciência" nos estados, numa busca de seus mártires republicanos e, aí, Pernambuco reclamava não só a precedência — com a Guerra dos Mascates, em 1710 —, como um lugar especialíssimo: fora a sede das revoltas de 1817, 1824 e 1848, todas reações ao "absolutismo".¹⁹⁰

Numa retrospectiva intitulada "Subsídios para a história da implantação da República no Brasil",¹⁹¹ outro autor defendia a tese de que a República não surpreendera o povo brasileiro, que havia muito conhecia seus ideais. Para tanto, retornava a episódios como: a revolta de Beckman, no Maranhão; os discursos de Bernardo Vieira de Melo, no Recife de 1710; a ação de Felipe dos Santos, na Vila Rica de 1720; a Inconfidência; todas as lutas de reação a Pedro I (especialmente o 7 de abril de 1831), e as lutas do período regencial, com destaque para a Sabina-da, na Bahia. Tudo isso conjugava-se com a Guerrá do Paraguai e com a atuação do Partido Liberal em Minas e São Paulo, para ser coroado com a propaganda dos clubes e jornais republicanos. Nosso país e nosso povo, portanto, não desconheciam a República e havia muito por ela trabalhavam. Por essa razão, só se surpreenderam verdadeiramente com a República setores da elite política que não a desejavam, embora mesmo estes já reconhecessem sua inevitabilidade.

Essa interpretação se reforçava com artigos que ressaltavam que a Independência não tivera "grande beleza" no Brasil, que já se encontrava

¹⁹⁰ Melo, Mário. O primeiro republicano do Brasil. *Cultura Política* (20):121-5, out. 1942; e Rebelião de frades do século XVII. *Cultura Política* (26):110-3, abr. 1943.

¹⁹¹ Pereira, Altamirano Nunes. Subsídio para a história da implantação da República no Brasil. *Cultura Política* (32):137-49, set. 1943.

de fato liberto de Portugal. Dessa forma, D. Pedro I fora escolhido por acontecimentos e por outros homens, do que importância própria.¹⁹² O 7 de abril de 1831 assumia, nessa importância simbólica comparável ou maior do que o 7 de 1822. Só em 1831 os brasileiros deram, de fato, um basta à substituição "quase toda calcada na Carta portuguesa" e a um se queria absoluto, realizando nossa independência.¹⁹³

É interessante observar, inclusive, o grande espaço das análises que se concentram no momento imediatamente posterior à Independência, para realçarem o espírito de luta de seu conteúdo republicano. Aí, o papel atribuído aos jornais de imprensa é muito grande, sendo esta uma dimensão crucial de história política. Nunca, anteriormente, a imprensa teria prestígio, tornando-se pioneira de muitas de nossas condições, uma imprensa "escandalosa" e até "injuriosa", mas tinha um poder "miraculoso":

"Nessa época, é na tribuna e nos jornais que brilham os maiores espíritos brasileiros, os grandes cimentadores da construção da nacionalidade."

Portanto, da independência à maioria, tratar da reação "pessoal" — de D. Pedro I ou dos regentes — era tratar de maneira de jornais esparsos e efêmeros e da trajetória de jornais que eram verdadeiros revolucionários. O melhor exemplo, no caso, são os artigos de Hélio Viana¹⁹⁵ e de Mercedes Dantas. Desta última destacar um, onde afirma ser Evaristo da Veiga figura maior que Pedro I em nossa história de lutas pela Independência:

¹⁹² Prazeres, Oto. O Brasil já estava independente. *Cultura Política* (30):103-13, ago. 1943.

¹⁹³ Dantas, Mercedes. As idéias democráticas e o artificialismo constitucional do Brasil. *Cultura Política* (36):59-68, jan. 1944.

¹⁹⁴ Costa, Odorico. Origem e estabelecimento da imprensa em Goiás. *Cultura Política* (40):191-200, maio 1944.

¹⁹⁵ Viana, Hélio. A pequena imprensa dos últimos meses do 1º Reinado. *Cultura Política* (30):114-21, ago. 1943; Cipriano Barata e as sentinelas da liberdade. *Cultura Política* (38):168-201, mar. 1944; O repúblico: Antônio Borges da Fonseca (1808-1872). *Cultura Política* (40):151-89, maio 1944; O tribuno do povo e das Garrafadas (1831). *Cultura Política* (42):89-101, jul. 1944.

"Sua Aurora Fluminense é flâmula, é tribuna.
Vale um partido. Vale um exército.
O 7 de abril é obra sua."¹⁹⁶

A imprensa era situada como um dos *fronts* de luta mais significativos de nossa história, sendo cada jornal — e foram muitos — uma arma de combate contra o absolutismo e pela propaganda das idéias republicanas. Enfim, os jornais exprimiam nossos ideais "democráticos", sendo necessário recuperá-los, como dizia a autora, das estantes da Biblioteca Nacional, para se compreender sua linguagem e força de atuação.

"Numa Corte sem grandes atrativos; numa cidade com raros aspectos interessantes, embora lhe sobrassem os mais belos recantos panorâmicos; num tempo em que a vida social apenas se ensaiava em saraus, em poucos estâgios pelo Passeio Público, ou só se exhibia, inteira, nas festas religiosas, com uma sociedade cheia de preconceitos e costumes autenticamente coloniais — um ou outro teatro, uma ou outra visita de liteira, a cavalo ou a carro — os jornais deviam ter um sabor delicioso de sarcasmo, de espontaneidade, de atrevimento. Iam-se os recalques, por certo. Ficava, em troca, o riso largo e satisfeito de quem leu, e gostou."¹⁹⁷

Os jornais eram parte destacada da vida do Império e, em certo sentido, mais esclarecedores do que os próprios discursos parlamentares, geralmente comprometidos com o provincianismo e com o "falso constitucionalismo". A experiência política imperial não era poupada de críticas, que abarcam, inclusive, a figura do imperador e da princesa regente. Assim, a Primeira República não sofria apenas ataques nas páginas da revista por seu "artificialismo" político. Ao contrário, era até recuperada de forma positiva, como quando José Maria Belo analisava as presidências de Venceslau Brás e Nilo Peçanha,¹⁹⁸ ou quando Luís Dias Rollemborg — um técnico do Dasp — discutia aspectos econômico-finan-

¹⁹⁶ Dantas, Mercedes. Processos de propaganda política no século passado. *Cultura Política* (38):20, mar. 1944.

¹⁹⁷ *Ibidem*, p. 29.

¹⁹⁸ Belo, José Maria. Quadriênio Venceslau Brás. *Cultura Política* (36):75-82, jan. 1944; e Presidência Epitácio Pessoa. *Cultura Política* (40):48-57, maio 1944.

ceiros do Governo Provisório, em especial a ação do ministro Rui Barbosa e o conhecido Encilhamento.¹⁹⁹

A República, na verdade, deveria ter sido um marco luminoso em nossa história, e não um episódio com tão "pálida" expressão política, como acabou sendo. Havia, portanto, todo um "sentido republicano" unindo os movimentos pela independência e soberania do Brasil através do tempo, chegando até 1889, para concluir-se na Revolução de 1930:

"(...) o movimento mais feliz dos que se armaram no sentido da verdadeira emancipação das veleidades de um infecundo Império de dois Reinados e dos tabus da República de 89, nos quais vivia emaranhado o Brasil."²⁰⁰

Embora a citação possa ressaltar uma ótica nitidamente não-ufanista de nosso passado histórico, o que não corresponde à leitura épica de uma trajetória plena de lutas heróicas de um povo realizada pela revista, tem o mérito de destacar dois pontos. Em primeiro lugar, como o Estado Novo "encerraria" um processo de construção política, até então repleto de impasses, mas que possuía um "sentido". Em segundo lugar, como radicavam-se na "política" — "artificial" do Império e "liberal" da Primeira República — as origens de nossas dificuldades.

A recuperação do passado histórico era, sem dúvida, uma tarefa imperiosa, pois só assim tornava-se possível compreender tais dificuldades, apreendendo nossa força e potencialidade, para construir um novo país: uma nova história.

¹⁹⁹ Rollemborg, Luís Dias. Aspectos econômico-financeiros dos primórdios da República. *Cultura Política* (35):106-14, dez. 1943. É interessante como o autor minimiza os efeitos "desorganizadores" do Encilhamento, chama a atenção para a falta de apoio financeiro internacional ao Brasil e defende o ministro da Fazenda Rui Barbosa.

²⁰⁰ Moura, Gomes de. Da independência ao Estado Nacional. Idéias políticas. *Cultura Política* (36):69-74, jan. 1944 (a citação está na p. 70).

